



JULIANA RABELO PEREIRA

**VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS
NAS AÇÕES E ATITUDES DOS INDIVÍDUOS DE
CARÁTER AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE
LAVRAS-MG**

LAVRAS – MG

2016

JULIANA RABELO PEREIRA

**VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E
ATITUDES DOS INDIVÍDUOS DE CARÁTER AMBIENTAL NO
MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, área de concentração em Gestão de Organizações Públicas, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Eloisa Helena de Souza Cabral
Orientadora

**LAVRAS – MG
2016**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Pereira, Juliana Rabelo.

Valores, crenças e comportamentos nas ações e atitudes dos
indivíduos de caráter ambiental no município de Lavras-MG / Juliana
Rabelo Pereira. – Lavras: UFLA, 2016.

143 p. : il.

Dissertação (mestrado profissional) –Universidade Federal de
Lavras, 2016.

Orientadora: Eloisa Helena de Souza Cabral.

Bibliografia.

1. Valores pessoais. 2. Crenças ambientais. 3. Comportamento
ecológico. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

JULIANA RABELO PEREIRA

**VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E
ATITUDES DOS INDIVÍDUOS DE CARÁTER AMBIENTAL NO
MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, área de concentração em Gestão de Organizações Públicas, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 12 de maio de 2016.

Profa. Dra. Ana Alice Vilas Boas

UFLA

Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

PUC-MG

Profa. Dra. Eloisa Helena de Souza Cabral

Orientadora

LAVRAS-MG

2016

Àquele que desde o início me
incentivou e acreditou no meu potencial.
Seu amor, companheirismo, dedicação e
paciência foram fundamentais para que
eu chegasse até aqui. Eduardo, a você
todo meu amor e gratidão.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, agradeço o amor, incentivo, orações e parceria. Ao meu pai, minha irmã Fernanda e minha amada Carolzinha, todo o carinho e apoio. À minha irmã Flávia, a torcida e ajuda com minhas traduções.

Ao Dudu, a realização deste sonho. À minha prima Patrícia, o incentivo e as aulas de currículo *Lattes*. Às pessoas queridas que fizeram parte desta caminhada, em especial, Lúcia, Maria Sálvia, tia Regina, Keyla e Renata.

À minha orientadora, professora Eloisa, ao voto de confiança, carinho, amizade e, especialmente, por fazer do meu mestrado profissional uma experiência acadêmica inesquecível.

À professora Cláudia Pato, à inspiração, educação e boa vontade em responder todas as minhas dúvidas.

Ao Donizeti, à disposição, paciência, ajuda e aos conselhos na realização do meu trabalho.

Ao professor Téo, à generosidade e às excelentes contribuições que enriqueceram meu trabalho.

Aos queridos professores José Roberto, Ana Alice e Rosa, às excelentes convivências e parcerias.

Aos membros das organizações participantes, à disponibilidade em participarem e contribuírem para os resultados do presente estudo.

À Universidade Federal de Lavras e ao Departamento de Administração e Economia, a oportunidade.

À Deus, por tudo.

RESUMO

O conceito de meio ambiente envolve, além dos elementos naturais, aspectos sociais, políticos e econômicos. Assim, o reconhecimento de que a problemática ambiental é complexa ressalta a importância de se compreender a dinâmica das relações que orientam os indivíduos em suas interações com o meio ambiente. Nesse sentido, estudos vêm demonstrando a relação entre os valores, as crenças e os comportamentos. A teoria de valores de Schwartz (1992) identifica a complexidade das relações entre os valores e o comportamento, organizando o campo da motivação humana em dez tipos motivacionais. Os estudos de Pato (2004) sobre crenças ambientais são capazes de indicar como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente, bem como sua predisposição em agir ou não de maneira ecológica, permitindo, assim, uma compreensão do comportamento ecológico e suas formas de manifestação. Desse modo, o objetivo do presente estudo consistiu em analisar a percepção valorativa sobre crenças ambientais e comportamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras. A pesquisa contou com uma amostra de 82 participantes, composta em sua maioria por homens (62,2%), casados (54,9%), com idade entre 31 e 40 anos (35,4%). Realizou-se um *survey*, por meio de um questionário impresso, composto por 4 segmentos: Escala de Comportamento Ecológico (ECE), Escala de Crenças Ambientais (ECA), Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40) e variáveis sociodemográficas. Os participantes assumiram, em primeiro lugar, uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional universalismo, que envolve um conjunto importante de valores para a compreensão dos comportamentos em relação ao meio ambiente. Ademais, os resultados apontaram que os comportamentos relacionados à limpeza urbana e economia de água e energia são mais facilmente assimilados, ao passo que comportamentos voltados para o ativismo/consumo e reciclagem ainda não foram incorporados de forma satisfatória em seus cotidianos. Por outro lado, o fato de pertencer a instituições cuja missão é cuidar do meio ambiente parece induzir os participantes a demonstrar maior predisposição para comportamentos pró-ambientais. A questão ambiental, urgente e movida a debates nem sempre confluentes, aponta para a necessidade de uma reorganização do cotidiano que envolve, necessariamente, mudança de valores e comportamentos. Sendo assim, o presente estudo torna-se relevante, pois a interação entre os construtos pode contribuir para a pesquisa e proposição de estratégias que promovam a redução dos comportamentos prejudiciais ao meio ambiente e o fortalecimento daqueles que contribuem para sua preservação, sensibilizando, de tal modo, os atores envolvidos a reordenar seus papéis em prol do meio ambiente.

Palavras-chave: Valores pessoais. Crenças ambientais. Comportamento ecológico. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The concept of environment involves social, political and economic aspects, in addition to natural elements. The acknowledgement that the environmental issue is complex highlights the importance of understanding the dynamics of relations that guide the individuals in their interactions with the environment. In this sense, studies have shown the relation between values, beliefs and behaviors. The theory on values developed by Schwartz (1992) identifies the complexity of the relations between values and behavior, organizing the field of human motivation into ten motivational types. Studies conducted by Pato (2004) on environmental beliefs are capable of indicating how the individuals relate to the environment, and its predisposition in acting or not in an ecological manner, allowing an understanding of ecological behavior and its forms of manifestation. Therefore, the objective of this study consisted of analyzing the value perception over environmental beliefs and ecological behavior of the individuals inserted into the environmental theme of the municipality of Lavras, Minas Gerais, Brazil. The research was conducted using a sample of 82 participants, comprised in its majority of male (62.2%), married (54.9%) individuals, and those with age from 31 to 40 years (35.4%). A survey of four segments was conducted: Ecological Behavior Scale (EBS), Environmental Beliefs Scale (EBeS), Schwatz Value Profile (SVP-40) and sociodemographic variables. The participants assumed, first, a value orientation directed to the universalism motivational type, which involves an important set of values for understanding the behaviors in relation to the environment. Furthermore, the results showed that the behaviors related to urban cleaning and economy of water and energy are more easily assimilated, while behaviors oriented to activism/consumerism and recycling were not yet incorporated in a satisfactory manner. On the other hand, the fact of belonging to an institution of which mission is to care for the environment seems to induce the participants to show a greater predisposition to pro-environmental behaviors. The environmental issue, urgent and moved by not always confluent debates, points to the need for reorganizing daily life, which necessarily involves change in values and behaviors. Thus, this study is relevant given that the interaction between the constructs can contribute with the research and the proposition of strategies that promote a reduction of behaviors damaging to the environment, as well as the strengthening of those that contribute for its preservation, sensitizing the actors involved to reorder their roles for benefiting the environment.

Keywords: Personal values. Environmental beliefs. Ecological behavior. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura universal dos valores segundo a teoria de Schwartz (1992).	44
Figura 2 - Modelo esquemático dos processos de mudança normativa nos indivíduos e na sociedade	56
Figura 3 - Dinâmica das relações entre valores, crenças e comportamentos	57
Quadro 1 - Tipos motivacionais de valor.	42
Quadro 2 - Articulação entre referencial teórico e objetivos propostos.	60
Quadro 3 - Síntese dos procedimentos metodológicos.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos participantes.	74
Tabela 2 - Estatística descritiva dos comportamentos ecológicos.	75
Tabela 3 - Estatística descritiva dos fatores (ECE).	82
Tabela 4 - Correlação de Pearson entre desejabilidade social e fatores de comportamento ecológico.	83
Tabela 5 - Influência da desejabilidade social nos comportamentos ecológicos.	84
Tabela 6 - Estatística descritiva das crenças ambientais.	85
Tabela 7 - Estatística descritiva dos fatores (ECA).	90
Tabela 8 - Correlação de Pearson entre crenças ambientais e comportamentos ecológicos.	91
Tabela 9 - Hierarquia dos tipos motivacionais.	94
Tabela 10 - Correlação de Pearson entre tipos motivacionais e fatores de comportamento ecológico.	98
Tabela 11 - Características dos conglomerados.	102
Tabela 12 - Médias das variáveis para os conglomerados.	103
Tabela 13 - Diferenças entre as médias dos grupos (ANOVA).	105
Tabela 14 - Tabulação cruzada entre idade e grupos.	107
Tabela 15 - Tabulação cruzada entre tempo de participação e grupos.	108
Tabela 16 - Tabulação cruzada entre treinamento e grupos.	109

LISTA DE SIGLAS

ACAMAR	Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras
ARPA	Associação Regional de Proteção Ambiental
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHs	Comitês de Bacias Hidrográficas
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DS	Desejabilidade Social
ECA	Escala de Crenças Ambientais
ECE	Escala de Comportamento Ecológico
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GEB	Medida Geral de Comportamento Ecológico
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCUBACOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
NEUC	Núcleo de Estudos em Manejo de Unidades de Conservação
NPA	Novo Paradigma Ambiental
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSD	Paradigma Social Dominante
PVQ	<i>Portrait Values Questionnaire</i>
Rio 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SVS	<i>Schwartz Values Survey</i>
UFLA	Universidade Federal de Lavras
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivo geral	21
1.2	Objetivos específicos	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	Meio ambiente: um debate social contínuo	23
2.2	Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: noções e peculiaridades	24
2.3	Políticas públicas ambientais e a sociedade civil	29
2.4	O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente	36
2.5	Valores pessoais	38
2.5.1	A hierarquia de valores	40
2.6	Crenças ambientais	47
2.7	Comportamento ecológico	50
2.8	A interação entre valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico	54
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.1	Contextualização ambiente e tipo de pesquisa	61
3.1.1	ACAMAR (Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras)	62
3.1.2	ARPA Rio Grande (Associação Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande)	63
3.1.3	Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III	65
3.1.4	CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente)	66
3.2	Amostra	67
3.3	Instrumento	68
3.3.1	Escala de Comportamento Ecológico (ECE)	68
3.3.2	Escala de Crenças Ambientais (ECA)	69
3.3.3	Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40)	70
3.3.4	Variáveis sociodemográficas	71
3.4	Procedimentos	71
3.5	Análise dos dados	71
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
4.1	Caracterização do perfil dos pesquisados	73
4.2	Análise dos comportamentos ecológicos	75
4.2.1	Influência da desejabilidade social (DS)	82
4.3	Análise das crenças ambientais	85
4.3.1	Relação entre crenças ambientais e comportamento ecológico	91
4.4	Análise da hierarquia de valores	93

4.4.1	Relação entre valores e comportamento ecológico	98
4.5	Análise de conglomerados	101
4.5.1	Características sociodemográficas dos conglomerados	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICE A – Orientações gerais de preenchimento do questionário	127
	APÊNDICE B – Variáveis sociodemográficas.....	128
	ANEXO A – Escala de Comportamento Ecológico (ECE).....	129
	ANEXO B – Escala de Crenças Ambientais (ECA)	132
	ANEXO C – Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40)	137

1 INTRODUÇÃO

O tema do meio ambiente engloba preocupações com o ecossistema, a biodiversidade, o uso dos recursos naturais e a qualidade de vida. O Brasil, além de ser um dos maiores países em extensão e dono de uma das maiores biodiversidades do mundo, possui inúmeros recursos naturais que são de fundamental importância para o planeta. Recursos que vão desde ecossistemas importantes como as florestas tropicais, o pantanal, o cerrado, os mangues e restingas, até uma grande parte da água doce disponível para o consumo humano. Ao considerar a importância e urgência deste tema para a sociedade, reconhece-se a necessidade de mudanças profundas nas concepções de mundo, de natureza, de poder e de bem-estar, a partir dos valores individuais e sociais (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, as Nações Unidas reuniram-se em dois momentos principais, conhecidos como Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente, para debater questões ambientais de interesse global. A primeira delas aconteceu em Estocolmo, no ano de 1972, e a segunda aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992 (mais conhecida como Rio 92).

A Conferência de Estocolmo inseriu a questão ambiental no cenário político internacional e estabeleceu um vínculo com o tema do desenvolvimento. Seus ganhos envolvem desde a definição de critérios orientadores que subsidiaram a formulação de mecanismos legais de proteção ambiental até a abertura de espaço para que a questão ambiental fosse amplamente discutida e legitimada nos meios de comunicação e nas políticas nacionais. No âmbito interno dos Estados, contribuiu para a proliferação de órgãos oficiais de meio ambiente e para a dinamização de pesquisa e programas de ações ambientais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Por conseguinte, os anos de 1990 apontaram mudanças significativas no debate internacional sobre os problemas ambientais. A Conferência das Nações

Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, representou um momento importante para a institucionalização da problemática ambiental, com a adoção dos temas da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável como referenciais que presidiram todo o processo de debates, declarações e documentos formulados (JACOBI, 2005).

Ao longo do tempo, as sociedades enfrentaram os problemas ambientais de maneira distinta, a partir de diferentes valores, crenças, culturas e nível de desenvolvimento econômico. A inexistência de certas condições sociais e políticas mostrou-se, nesse sentido, capaz de comprometer a conscientização e implementação de ações voltadas para as questões ambientais. Desse modo, as recomendações, decisões e tratados internacionais evidenciaram a importância de se investir em uma mudança de mentalidade, a partir da conscientização dos grupos humanos, e de se buscar soluções para uma série de problemas ambientais (BRASIL, 1997; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

A Rio 92 foi um marco expressivo no estabelecimento de relações entre organizações sociais brasileiras e internacionais, favorecida, no Brasil, pelo período da Assembleia Constituinte e a consequente promulgação da Constituição Federal em 1988, possibilitando a intensificação dos laços que já existiam no campo dos movimentos populares no país. Destacam-se, nesse sentido, a crescente conscientização da sociedade civil sobre as questões ambientais, assim como o fortalecimento de sua participação no enfrentamento dos desafios ambientais em diferentes escalas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Nos eventos preparatórios da Conferência, os movimentos sociais e as ONGs ambientalistas desempenharam um importante papel, tanto no âmbito interno dos países, mobilizando a sociedade para apresentar as suas reivindicações, quanto nas negociações dos temas globais. As ONGs credenciadas participaram de encontros formais e sessões plenárias, e

apresentaram documentos que foram em parte incorporados nos textos oficiais resultantes do evento (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

O processo de institucionalização da política e gestão ambiental no Brasil sinalizou, a partir da Constituição Federal de 1988, a relação entre cidadania e questões ambientais. Ainda que, por seu caráter de política pública, as políticas ambientais sejam da responsabilidade do poder público, elas envolvem, necessariamente, outros setores da sociedade, como as atividades produtivas e as organizações sociais.

Nesse sentido, a ampliação dos espaços de participação da sociedade nas decisões que envolvem o meio ambiente possibilita um maior grau de legitimidade ao processo decisório, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de negociação, em contextos conflituosos. A construção de espaços públicos de participação resulta no crescimento de formas colegiadas de decisão e de gestão de políticas públicas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Portanto, à medida que as decisões públicas se dão mais próximas do nível local, maior é o grau de visibilidade, legitimidade e compromisso junto à comunidade. Diante disso, espera-se dos atores sociais transparência e responsabilidade na solução dos problemas ambientais, em especial, aqueles que envolvem o cotidiano dos cidadãos.

Segundo Miller (2012, p. 497), “é preciso haver cidadãos e líderes alfabetizados no aspecto ambiental para construir sociedades mais sustentáveis e justas”. Assim, ao considerar a importância dos atores sociais na adoção de ações relevantes voltadas para a preservação ambiental, reconhece-se a necessidade de examinar a coerência de seus comportamentos em relação ao uso dos recursos naturais.

À primeira vista, pode-se pensar que a inserção na temática ambiental – que envolve o contato direto com atividades, estudos, legislações e políticas

ambientais - contribui para uma conduta adequada no que diz respeito à preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais.

Desse modo, utiliza-se como ambiente de pesquisa do presente estudo o município de Lavras, estado de Minas Gerais, situado a 230 km da capital Belo Horizonte. Sua população absoluta consiste em 92.200 habitantes em uma área total de 564,7 km² e densidade demográfica de 163,26 habitantes por km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No município de Lavras, o CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) analisa as políticas públicas elaboradas pelo município, aprova procedimentos de licenciamento ambiental e fiscaliza a atuação pública e privada na temática do meio ambiente, com a participação em seu colegiado de representantes de vários setores da sociedade local. Além do CODEMA, o município conta com a existência das seguintes organizações formais inseridas na temática ambiental: ACAMAR, ARPA Rio Grande e Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III.

A questão ambiental envolve interesses de diversas escalas, mas é na esfera local que a maioria das contradições e conflitos afloram. Portanto, do local devem partir ações concretas e articuladas, por meio de práticas que valorizem o papel do sujeito e seu conhecimento na construção do ambiente. Essa jornada deve começar na comunidade, pois a sustentabilidade é, antes de tudo, uma questão local (BRASIL, 2014c; PEREIRA; MUNGAI; CRUZ, 2007).

Diante de tais pressupostos, insere-se o problema de pesquisa delimitado pela seguinte questão: como os indivíduos inseridos na temática do meio ambiente no município de Lavras valorizam as ações e atitudes de caráter ambiental?

Destacam-se, nesse sentido, a teoria de valores de Schwartz (1992) e os estudos de Pato (2004) sobre crenças ambientais e comportamento ecológico. Os valores pessoais podem ser considerados, segundo Schwartz (1992), como

crenças pertencentes a estados finais de existência ou modos de conduta desejáveis que transcendem situações específicas, orientam na seleção ou avaliação de comportamentos, pessoas e eventos, sendo ordenados por sua importância relativa a outros valores.

Assim sendo, os próprios seres humanos, em sua vivência cotidiana, valoram as coisas e estabelecem valores. Em outras palavras, a organização do pensamento acerca dos valores implica escolhas, seja por parte de uma pessoa ou de uma coletividade (GOUVÊA, 2008).

Nesse contexto, Schwartz (1992) desenvolveu um modelo para a estrutura dos valores humanos, mais conhecido como teoria de valores, identificando a complexidade das relações entre os valores e o comportamento, organizando o campo da motivação humana em dez tipos motivacionais. Seu estudo demonstra a existência de uma hierarquia universal de valores, que pode ser explicada pelos condicionantes aos quais todas as culturas e pessoas estão expostas (TAMAYO; PORTO, 2005).

Por sua vez, as crenças ambientais são definidas como elementos componentes de um sistema de crenças e/ou visão de mundo, que incluem a percepção dos indivíduos sobre o funcionamento do planeta, sobre o seu papel ambiental no mundo e sobre o que consideram como comportamento ambiental correto ou incorreto (MILLER, 2012).

Sendo assim, as crenças ambientais são capazes de indicar como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente, bem como sua predisposição em agir ou não de maneira ecológica, permitindo, assim, uma compreensão do comportamento ecológico e suas formas de manifestação (PATO, 2004).

Por conseguinte, a denominação comportamento ecológico significa o mesmo que pró-ambiental, ou seja, um agir em favor do meio ambiente que reflete, conseqüentemente, em uma utilização sustentável dos recursos. Essa ação pode, ou não, ser consciente e intencional, podendo, também, ser

aprendida, internalizada e fazer parte do cotidiano das pessoas (PATO; TAMAYO, 2006).

Do ponto de vista individual, a pessoa pode minimizar o impacto de suas atividades rotineiras sobre o meio ambiente a partir de comportamentos pró-ambientais ou ecológicos, como separar os resíduos domésticos, economizar energia e água, comprar produtos orgânicos, dentre outros (CAMPOS; POL, 2010).

Assim, o reconhecimento de que a problemática ambiental é complexa e envolve aspectos sociais, econômicos, políticos, institucionais, entre outros, ressalta a importância de se compreender a dinâmica das relações que orientam os indivíduos em suas interações com o meio ambiente ou, mais precisamente, a dinâmica das relações entre valores, crenças e comportamentos.

Tais questionamentos levaram a pesquisadora a desenvolver o presente estudo, haja vista a insuficiência na literatura do cruzamento entre valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico envolvendo organizações da sociedade civil inseridas na temática ambiental. A pesquisa realizada em portais como a CAPES, *Scielo*, plataforma *Spell*, assim como em revistas voltadas para o tema do meio ambiente, encontrou esse tipo de cruzamento em apenas um estudo realizado com servidores de uma instituição pública federal voltada para a defesa dos direitos individuais indisponíveis, direitos e interesses coletivos.

Ademais, a questão ambiental, urgente e movida a debates nem sempre confluentes, aponta para a necessidade de uma reorganização do cotidiano. Reorganização esta que envolve, necessariamente, mudança de valores e comportamentos: respeito às normas ambientais, moderação do consumo, cuidado no endividamento, uso inteligente dos meios de transporte, generalização da reciclagem, redução do desperdício, dentre outros (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

Nesse sentido, a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2012, aponta um aumento da conscientização e incorporação das questões ambientais pela população. Contudo, nem sempre o que as pessoas dizem é coerente com a forma como agem em seu cotidiano.

Destaca-se, assim, a relevância deste estudo, pois a contradição percebida entre o despertar da consciência ambiental e a manifestação de comportamentos que degradam o meio ambiente demonstra a necessidade de se conhecer melhor o fenômeno do comportamento ecológico – a partir da interação entre os construtos -, uma vez que as ações humanas, direta ou indiretamente, contribuem para o agravamento da situação ambiental e despertam a necessidade de soluções imediatas para a continuidade da vida no planeta (PATO, 2005).

Ademais, essa linha de investigação poderá contribuir para a pesquisa e proposição de estratégias que promovam a redução dos comportamentos prejudiciais ao meio ambiente e o fortalecimento daqueles que contribuem para sua preservação, sensibilizando, de tal modo, os atores envolvidos a reordenar seus papéis em prol do meio ambiente.

1.1 Objetivo geral

Analisar a percepção valorativa sobre crenças ambientais e comportamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.

1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar a hierarquia de valores pessoais, crenças ambientais e comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;

- b) Correlacionar as crenças ambientais e os comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;
- c) Correlacionar os valores pessoais e os comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;
- d) Investigar o nível de engajamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental.

O presente estudo está organizado em quatro partes. A primeira apresenta uma revisão de literatura sobre os temas relevantes abordados no presente estudo: meio ambiente, valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico. A segunda destaca os procedimentos metodológicos utilizados. A terceira parte conta com a apresentação e análise dos resultados. Por fim, a quarta parte apresenta as considerações finais sobre o estudo, limites encontrados e perspectivas para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão de literatura deste estudo foi dividida em duas temáticas: a primeira aborda o meio ambiente como uma categoria em debate social contínuo; as noções e as peculiaridades do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; políticas públicas ambientais e a sociedade civil; e, por fim, apresenta alguns resultados da pesquisa nacional de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2012; na segunda temática, examina-se a argumentação acerca dos valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico, assim como a dinâmica das relações que orientam os indivíduos em suas interações com o meio ambiente.

2.1 Meio ambiente: um debate social contínuo

Para além das noções simples e claras vinculadas a elementos naturais, como água, ar, flora e fauna, as representações sobre o meio ambiente são construídas, na realidade, entre diferentes concepções e posições. Para o Estado, um objeto de regulação; para as empresas, uma forma de apropriação; para os movimentos sociais, uma bandeira de luta (NAVES, 2004).

A análise dos conflitos em torno do meio ambiente e seus resultados revelam o peso das diferenças de poder e interesses entre os diversos atores sociais em questão e evidenciam, conseqüentemente, o descompasso entre a ampliação dos debates, as mudanças efetivas de comportamento e o desenvolvimento de ações para resolver os problemas que caracterizam a chamada crise ambiental (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; NAVES, 2004).

Desse modo, o desequilíbrio na apropriação social da natureza resulta em uma distribuição ecológica desigual sustentando, assim, um adequado padrão de vida para alguns em detrimento do péssimo padrão de vida para outros. Prova disso são os projetos industriais geradores de injustiças ambientais, tais como

hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Dessa forma, os desafios que se colocam para a construção da sustentabilidade e justiça ambiental em uma sociedade desigual como a brasileira demandam um equilíbrio necessário entre diversidade cultural, democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição dos riscos da produção industrial. O progresso ambiental das últimas décadas somente ocorreu porque os indivíduos se juntaram e converteram conhecimento, sabedoria e pontos de vista em ações políticas (MILLER, 2012; ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Portanto, compreender as forças e interesses envolvidos nas relações socioambientais não torna a tarefa de promover mudanças mais simples, tampouco garante resultados satisfatórios para todos. Essa dinâmica que privilegia segmentos restritos da sociedade em razão do seu “jogo de forças” na conjunção dos domínios econômicos, políticos e sociais merece ser questionada e, conseqüentemente, modificada (NAVES, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

2.2 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: noções e peculiaridades

Segundo Bursztyn e Bursztyn (2012), o conceito de meio ambiente, em termos amplos, inclui e transcende os elementos do mundo natural, como a fauna, a flora, a atmosfera, o solo e os recursos hídricos. Engloba, também, as relações humanas e o meio onde vivem. Portanto, tratar a questão ambiental demanda conhecimentos sobre o meio físico e biótico, além das dimensões socioeconômica e cultural, circunscritos a um dado contexto político-institucional onde aqueles aspectos interagem.

Assim, tratar da sustentabilidade significa lidar diretamente com o meio ambiente. Implica uma mudança estrutural que envolve a adoção de uma nova postura e a constituição de valores éticos¹, não só do próprio governo, como da sociedade civil, das empresas, do cidadão e do consumidor, reforçando um sentimento de corresponsabilidade. Tratar de desenvolvimento sustentável significa lidar com a gestão dos recursos naturais, ao considerar os processos político-institucionais, as decisões produtivas, a produção de conhecimentos, a inovação tecnológica, os modos de relação com a natureza, dentre outros aspectos (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; JACOBI, 2003).

Um dos primeiros registros do termo “desenvolvimento sustentável” surgiu no documento chamado *World Conservation Strategy*, publicado pelas organizações IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) e WWF (Fundo Mundial para a Natureza), sob o patrocínio das Nações Unidas. No entanto, popularizou-se com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, ou Relatório *Bruntland*, em 1987, com a seguinte definição: desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Por conseguinte, os anos de 1990 marcaram mudanças significativas no debate internacional sobre os problemas ambientais. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio 92 – representou um momento importante para a institucionalização da problemática ambiental, com destaque para os temas da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, adotados como referenciais que presidiram todo o processo de debates, declarações e documentos formulados (JACOBI, 2005).

¹ Constituição de uma nova maneira de se comportar diante dos outros e da natureza. Assumir uma educação ambiental que traga em seu ideário um elenco de valores contínuos de cuidado, respeito e de responsabilidade com o natural (TRANCOSO, 2013).

Segundo Barbieri (2004), o próprio entendimento do significado da palavra sustentável faz parte do debate entre as diferentes correntes ambientalistas. Para uns, denota os limites da ação humana em função da capacidade de suporte limitada do planeta; para outros, encobre a questão do crescimento econômico que, sob a ótica empresarial, significa crescimento permanente e, conseqüentemente, uma constante pressão sobre o meio ambiente. Nesse sentido, esclarece Jacobi (2005, p. 236):

A expressão “desenvolvimento sustentável” passou a ser usada com sentidos tão diferentes que se tornou uma palavra que serve a todos e, portanto, adquire um caráter perversivo. Passa a ser palavra-chave para agências internacionais de fomento, jargão do planejador de desenvolvimento, o tema de conferências, *papers* e o *slogan* de ativistas do desenvolvimento e do meio ambiente.

Dessa forma, a falta de especificidade dificulta a classificação do conceito de desenvolvimento sustentável em modelos concretos, operacionais e analiticamente precisos, deixando-o à mercê de ambiguidades e incertezas. Do mesmo modo, a sustentabilidade, como atributo desejável ao desenvolvimento, reúne imenso grau de convergência e, conseqüentemente, variação do entendimento de seu real significado, refletindo na própria definição do conceito. Nesse sentido, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, embora apresentem significados distintos, são usados, na maioria das vezes, com os mesmos sentidos (BARONI, 1992; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; JACOBI, 2005).

Assim, a busca por um novo padrão de desenvolvimento passa, necessariamente, por uma concepção de crescimento baseado em necessidades reais, respeito ao meio ambiente, superação dos déficits sociais e alteração dos padrões de consumo. Por outro lado, a ideia de sustentabilidade estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação e aos valores éticos como valores fundamentais para o

fortalecimento da complexa interação entre sociedade e natureza e, conseqüentemente, para a criação de um novo modelo civilizacional (BARBIERI, 2004; JACOBI, 2003).

Segundo Abramovay (2012b), ainda há espaço no mundo para os valores éticos quando a humanidade se coloca diante de seu maior desafio, aquele que pode inviabilizar sua manutenção como espécie: os limites estabelecidos pela capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento sustentável surge como um elo entre a economia (num sentido amplo, envolvendo também a dimensão social) e a ecologia, promovendo uma reaproximação entre estes dois campos do saber. Em outras palavras, refere-se a uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Assim, a proposta de se imprimir um caráter sustentável à busca do desenvolvimento ganhou solidez científica e legitimidade política. A ideia de sustentabilidade tornou-se presença constante na mídia, na academia, nas atividades produtivas, nas representações corporativas e na opinião pública em geral (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; JACOBI, 2003).

Conseqüentemente, a preocupação com o desenvolvimento sustentável implica o surgimento de uma política de desenvolvimento que não ignore as dimensões culturais, as relações de poder existentes e, especialmente, as limitações ecológicas, sob pena de permanecer em um padrão predatório de desenvolvimento (JACOBI, 2003). Como exemplo, Abramovay (2012a) destaca que não dá para falar em cidades sustentáveis quando se tem como horizonte ampliar a produção de automóveis de quatro para seis milhões e, depois, pedir ao taxista ou cidadão proprietário de carro que, individualmente, não contribua para o aquecimento global.

Bursztyn e Bursztyn (2012) ressaltam que, para além da busca pelo crescimento econômico e da consideração da dimensão social, a existência de qualquer atividade produtiva, seja ela extrativa ou de transformação, implica algum tipo de “tensão” sobre o mundo natural. A prática de extrair minerais, a caça, a pesca, a transformação da paisagem natural em terras cultivadas, a construção de cidades, a fabricação de bens, tudo isso provoca algum impacto negativo sobre o meio ambiente. Nesse sentido, “um olhar mais rigoroso leva à conclusão de que a busca do bem-estar humano, mesmo que de forma frugal, é antagonista (ou pelo menos ameaçadora) à própria ideia de sustentabilidade” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 49).

Diante disso, compreender a relação dialética existente entre as temáticas desenvolvimento x sustentabilidade, crescimento econômico x conservação ambiental implica conhecimentos sobre os comportamentos humanos (ciências sociais e humanas), sobre a evolução da natureza (ciências biológicas, físicas e químicas) e suas configurações territoriais. Âmbitos que se interagem e se sobrepõem, afetando-se e condicionando-se mutuamente (VEIGA, 2007).

Ademais, o avanço para uma sociedade sustentável requer estímulo a uma crescente consciência ambiental, na medida em que a percepção da sociedade a respeito dos impactos negativos do modelo de desenvolvimento econômico vigente ainda é restrita. Percepção esta capaz de gerar mudanças comportamentais no cotidiano das pessoas, porém, incapaz de sensibilizá-las para os problemas ambientais globais (RIFKIN, 2005). Tal postura decorre, principalmente, da falta de informação, bem como da falta de participação e envolvimento dos cidadãos no estabelecimento de um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções (JACOBI, 2003, 2005).

Logo, o deslocamento necessário para um novo modelo civilizacional deve estar centrado no que cada um - individualmente ou em atividades

institucionais - contribui para melhorar o planeta, e não o quanto dele consegue arrancar. Enfrentar o desafio ambiental exige processos colaborativos e a construção de uma cultura de pactos pelo bem comum ou, pelo menos, para evitar um desastre comum (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

2.3 Políticas públicas ambientais e a sociedade civil

Segundo Miller (2012), política é o processo pelo qual indivíduos e grupos influenciam ou controlam as ações e políticas dos governos nos níveis local, estadual, nacional e internacional. Nesse sentido, Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 182) definem como política ambiental:

O conjunto de iniciativas governamentais coordenadas, envolvendo diferentes organismos e setores de intervenção pública, em articulação com atores não governamentais e produtivos, voltadas à proteção, conservação, uso sustentável e recomposição dos recursos ambientais.

Várias organizações ambientais internacionais ajudam a formar e estabelecer políticas ambientais. A mais influente delas, as Nações Unidas, cobre uma grande família de organizações, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)² (MILLER, 2012).

Assim, o foco das políticas ambientais não se concentra apenas no ambiente biofísico, mas também no modo como as populações e as atividades produtivas interagem com os diferentes ecossistemas. Do mesmo modo, faz parte de seu escopo o ambiente construído, que inclui cidades e infraestrutura em geral (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; DIAS, 2011).

² Também se incluem como organizações que influenciam ou tomam decisões ambientais o Banco Mundial, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) (MILLER, 2012).

Logo, pelo seu caráter transversal, encontram-se distribuídas em diferentes atividades governamentais, seja como parâmetro de regulação (como é o caso da compatibilização das políticas fundiária e agrícola com os dispositivos regulamentares ambientais), seja como missão (caso da educação ambiental, de responsabilidade das escolas e universidades) ou como parcerias de outras naturezas, envolvendo setores governamentais e não governamentais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Desse modo, os países elaboram suas políticas ambientais em diferentes escalas (nacional, estadual ou local) em função de suas características próprias de meio natural, padrão de desenvolvimento econômico, processo e estrutura de urbanização, bem como das expectativas da população em relação à qualidade do meio ambiente. Portanto, os objetivos a serem alcançados e as suas consequências econômicas variam em cada país (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; MILLER, 2012).

Ademais, diferentes níveis de governo podem significar diferentes interesses políticos em jogo. Uma estratégia nacional pode não corresponder aos desejos que se expressam em uma determinada região e vice-versa. A construção de uma hidrelétrica, por exemplo, ao obedecer às prioridades da política energética nacional, pode causar insatisfação à população diretamente afetada no local de implantação. Entretanto, mesmo na esfera local é possível encontrar grupos com interesses coincidentes aos da obra, caso sejam potenciais beneficiários de seus efeitos econômicos (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

No Brasil, o final dos anos 1980 representa um marco no processo de institucionalização da política ambiental. A Constituição Federal de 1988, ao dedicar um capítulo inteiro ao meio ambiente, sinalizou a disposição política de se estabelecer uma base legal sólida para a regulação ambiental. Apesar disso, a maior parte dos dispositivos ali inseridos deixou regulamentações pendentes,

sem as quais não teriam efetividade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; CÂMARA, 2013).

Todavia, como base jurídica foi um avanço. Inclusive, durante a Rio 92, serviu como argumento para a exibição de uma imagem ambientalmente correta do país, diante das críticas que o governo vinha recebendo sobre sua incapacidade de evitar o desmatamento acelerado da Amazônia. Dizia-se à época, que o Brasil dispunha da Constituição mais avançada do planeta em matéria ambiental (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Assim, apesar de estar em curso há quase três décadas, o processo de institucionalização das políticas ambientais no Brasil ainda apresenta um caráter de duplicidade. De um lado, houve grandes avanços no estabelecimento de instrumentos e mecanismos de regulamentação por parte do poder público. Por outro lado, existem eixos de ação governamental que configuram situações contraditórias com as regulamentações estabelecidas pelo próprio poder público. A efetividade de certas ações como, por exemplo, o controle do desmatamento, é limitada pela inoperância de organismos de governo na esfera local, sejam eles federais, estaduais ou municipais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; SEIFFERT, 2014).

A história mostra, portanto, que mudanças significativas geralmente ocorrem de baixo para cima, quando cidadãos e grupos organizados se unem para alcançá-las. Grande parte das melhorias da qualidade ambiental é resultado da pressão exercida por milhares de pessoas sobre os representantes eleitos (MILLER, 2012). Desse modo, um dos ganhos da Constituição de 1988 foi a incorporação da dimensão participativa na concepção de democracia (BRASIL, 2014c).

Nesse contexto, a ampliação dos espaços de participação da sociedade nas decisões que envolvem o meio ambiente permitiu um maior grau de legitimidade ao processo decisório, ao mesmo tempo em que ampliou as

possibilidades de negociação em situações de conflito. Assim, a participação social varia desde a escala de regulamentações gerais até a gestão de projetos locais (BRASIL, 2014c; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Isto posto, a ascensão de representações da sociedade civil nos processos decisórios públicos apresenta um duplo sentido: por um lado, o crescimento de organizações não governamentais implica aumento de seu poder de barganha no jogo político e revela uma demanda cada vez maior de inserção na esfera pública; por outro lado, a fragilidade das estruturas de governo torna o poder público mais flexível à participação de novos agentes nas decisões (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Consequentemente, o crescimento das políticas ambientais aponta para um notável avanço da participação dos indivíduos em formas coletivas de reivindicação, como os movimentos sociais – sobretudo o movimento ambientalista -, assim como a participação dos setores organizados da sociedade em órgãos colegiados (como os Conselhos de Meio Ambiente) e instâncias participativas consultivas (como as Audiências Públicas), considerados como excelentes instrumentos de garantia de continuidade das políticas públicas (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; OLIVEIRA, 2007).

Assim sendo, o princípio da participação pública na esfera ambiental está inscrito na Constituição Federal³ e previsto também na Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)⁴. Esta lei criou o

³ Artigo 225, *caput*: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O inciso VI do § 1º do referido artigo estabelece que incumbe ao poder público: “promover (...) a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

⁴ A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida que assegure ao país condições para o desenvolvimento socioeconômico, segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Entre

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), cuja plenária é composta por diferentes representantes da sociedade⁵ (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; SEIFFERT, 2014).

Do mesmo modo, vários espaços institucionalizados de participação da sociedade no processo de gestão ambiental foram criados, como os Conselhos Estaduais e Municipais do Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), os Conselhos Consultivos ou Deliberativos das Unidades de Conservação. Todos com atribuições específicas que visam cumprir as exigências da PNMA (BRASIL, 1981).

Nessa perspectiva, ao viabilizar a redistribuição de poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso às decisões públicas, a participação social torna-se um ingrediente fundamental no processo de descentralização. Para tanto, a intervenção da comunidade em todo o processo decisório é essencial, desde o planejamento até a avaliação das políticas públicas, assim como o aumento da capacidade de organização dos segmentos da sociedade civil (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; LAYRARGUES, 2000).

Por conseguinte, dois aspectos devem ser considerados ao se tratar da descentralização. Um deles diz respeito à necessidade de medidas que garantam condições de equidade nas transferências de recursos aos municípios pelo poder central. O outro trata da vulnerabilidade do setor público e das manipulações e pressões políticas que este sofre das elites locais, ressaltando a necessidade da

outros princípios, objetiva a participação ativa da comunidade na defesa do meio ambiente (art. 2º, X) (BARBIERI, 2004).

⁵ Também fazem parte do SISNAMA, o Ministério do Meio Ambiente (como órgão central), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como órgãos executores (BRASIL, 1981).

participação isenta e capacitada da sociedade civil organizada nos processos decisórios (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Tal como o Estado, a sociedade civil é heterogênea e apresenta grupos que atuam na defesa dos direitos das minorias, assim como grupos que se articulam para negar esses direitos. Portanto, é no reconhecimento dessa pluralidade de interesses e projetos que a democracia participativa pode complementar a democracia representativa, na medida em que se apresentam como espaços complementares de expressão das vontades coletivas e favorecem a deliberação entre indivíduos para a construção de um bem comum (BRASIL, 2014c; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; LÈVESQUE, 2007).

Assim, a história do ambientalismo - como causa social - está associada à participação e mobilização política promovida pelas ONGs, em especial, no que diz respeito ao crescimento das lutas ambientais e pressão para que iniciativas públicas com foco na proteção do ambiente fossem tomadas. Nesse sentido, grandes eventos internacionais, fóruns de trabalho e de decisão política sobre meio ambiente e sustentabilidade sempre contam com a participação ativa de seus representantes (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

As ONGs vão desde grupos populares, com apenas alguns membros, a organizações globais, como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o *Greenpeace* (MILLER, 2012). Sua importância no contexto político atual foi reforçada com a aprovação da Agenda 21 na Rio 92. Em seu capítulo 27, o documento reconhece que “as organizações não governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa”. Além disso, dispõe que a credibilidade das ONGs provém do papel responsável e construtivo que desempenha na sociedade e aponta sua independência como condição prévia para a verdadeira participação (BRASIL, 2014a; FURRIELA, 2002).

A Agenda 21 reconhece ainda que as ONGs, juntamente com os movimentos sociais, são agentes indispensáveis na construção do desenvolvimento sustentável. No entanto, carecem de mecanismos formais para sua participação em todos os níveis, desde a formulação de políticas e tomada de decisões até a sua implementação (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; FURRIELA, 2002).

Ademais, a atuação dessas entidades ainda é prejudicada por uma série de fatores, como deficiências na capacitação profissional de seus representantes, falta de recursos para financiar uma participação engajada e profissional, preconceito por parte de técnicos do governo e empreendedores, dentre outros (FURRIELA, 2002; LAYRARGUES, 2000).

Segundo Furriela (2002), a participação das ONGs em conselhos de meio ambiente tem sido muito combativa, instigadora e, em alguns momentos, até radical. Independentemente da posição política adotada por seus representantes, sua participação é sempre oportuna e necessária. As ONGs e os movimentos sociais têm sido capazes, inclusive, de monitorar e influenciar as ações empresariais, no sentido de imprimir uma visibilidade pública e modificar o sentido social de seus negócios (ABRAMOVAY, 2012b).

As empresas, entretanto, ainda estão longe do patamar ideal frente às questões ambientais. Contudo, atuam em um contexto diferente daquele encontrado vinte anos atrás. Bem ou mal, estão se organizando com o objetivo de ganhar legitimidade e credibilidade naquilo que fazem. Para além de uma ação de *marketing* ou uma questão de imagem, estabelecem-se de forma cada vez mais profissionalizada para lidar com as pressões sociais decorrentes daquilo que fazem e das cadeias de valor que geram (ABRAMOVAY, 2012b).

Em outras palavras, as empresas adquiriram capacidade para induzir comportamentos, modificar hábitos de consumo, criar desejos e despertar necessidades latentes. Dessa forma, muito do que os indivíduos pensam a

respeito do ser humano e do meio ambiente provém de suas atividades e de seu modo de agir (BARBIERI, 2004).

Ademais, as empresas são obrigadas - por imposição normativa – a proteger o meio ambiente. O Estado brasileiro institucionaliza, por meio da Constituição Federal de 1988⁶, a proteção ambiental como valor econômico e para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, mesmo diante da livre iniciativa que rege as relações econômicas, os atores sociais estarão condicionados à normatização ambiental no exercício de suas atividades produtivas.

Por fim, o ingresso da questão ambiental nos aspectos que dão forma às políticas públicas revela uma mudança no processo civilizatório que envolve, necessariamente, o desenvolvimento de ações públicas eficazes, assim como mudanças de valores e comportamentos nas formas de organização do cotidiano. Nesse sentido, as pessoas somente deixarão o carro em casa ou deixarão de tê-lo se houver transporte público de qualidade, a reciclagem somente será generalizada se houver sistemas adequados de coleta. (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

2.4 O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente

Segundo Pato e Tamayo (2002), as campanhas realizadas por grupos ambientais, ou até mesmo pelo próprio governo, nem sempre conseguiram sensibilizar as pessoas, grupos e organizações a favor da sustentabilidade e qualidade de vida da população em geral. Geralmente, essas campanhas apelam para a mudança de hábitos e comportamentos devastadores do meio ambiente, pressupondo que os indivíduos o valorizam de forma igual.

⁶ Art. 170, *caput*: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI- Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Nesse sentido, um esforço de maior envergadura vem sendo feito pelo Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de mapear a percepção das questões ambientais pela população brasileira. Seu trabalho mais recente – sob a responsabilidade da pesquisadora Samyra Crespo - foi a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, publicada em 2012 (BRASIL, 2012).

Os resultados desta pesquisa foram construídos a partir de um estudo representativo da população brasileira adulta (a partir de 16 anos), residente em áreas urbanas e rurais de todas as regiões. A amostra foi estratificada por condição de trabalho, sexo e idade, sendo realizadas, ao todo, 2.201 entrevistas⁷ (BRASIL, 2012).

O plano amostral foi desenvolvido através de amostragem por conglomerados em cinco estágios: região, estado, município, setor censitário e domicílio. Com o objetivo de formar um panorama comparativo, as questões que permearam o contexto do ano de 2012 foram colocadas em diálogo com aquelas obtidas nas demais edições realizadas (BRASIL, 2012).

Segundo dados comparáveis relacionados às questões ambientais, houve uma evolução significativa na consciência ambiental dos brasileiros. O indicador mais evidente desta transformação está presente no número de pessoas que, espontaneamente, não sabia mencionar um problema ambiental no Brasil, na sua cidade ou bairro (variação do percentual de 47% em 1992 para 11% em 2012). Do mesmo modo, conceitos como “desenvolvimento sustentável”, “consumo sustentável” e “biodiversidade” passaram a fazer parte do repertório de muitos indivíduos (BRASIL, 2012).

De modo geral, os brasileiros ainda possuem hábitos considerados prejudiciais ao meio ambiente, sobretudo, no que diz respeito ao descarte

⁷ Realizou-se um *survey*, por meio de um questionário estruturado com questões fechadas e abertas. A coleta de dados foi realizada presencialmente nos domicílios, no período de 15 a 30 de abril de 2012 (BRASIL, 2012).

incorreto de vários itens. No entanto, as políticas voltadas para o descarte de resíduos sólidos, como, por exemplo, a campanha que buscou reduzir o consumo de sacolas plásticas, ecoaram positivamente junto à população (BRASIL, 2012).

Um fato curioso diz respeito à noção de meio ambiente que prevalece entre os brasileiros, mesmo entre os mais escolarizados. Tal noção está focada, predominantemente, na dimensão ambiental, deixando de lado as dimensões econômica e social. A “proteção da natureza” foi a síntese que mais se sobressaiu em assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável, conferências e outros temas associados (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, os resultados da pesquisa mostraram que os brasileiros ampliaram seu entendimento sobre o valor e a responsabilidade das instituições democráticas governamentais na resolução dos problemas ambientais que lhes concernem. Ademais, não consideraram a preocupação exagerada com o meio ambiente no Brasil e, portanto, não se consideram dispostos a ter mais progresso econômico à custa da degradação ambiental (BRASIL, 2012)

Nesse contexto, a visão e o conjunto de ações pró-ambientais foram incorporados por pessoas mais escolarizadas e residentes em áreas urbanas, independentemente do gênero e da renda (BRASIL, 2012).

Desse modo, os resultados da pesquisa de opinião serviram como um comparativo na análise dos resultados do presente estudo, possibilitando, assim, a avaliação de semelhanças e diferenças na percepção das questões ambientais entre a população brasileira e os indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.

2.5 Valores pessoais

Segundo Tamayo e Porto (2005, p. 17), “desde os primórdios da filosofia, os valores se constituem como fonte de reflexão seja na definição do que é Bom ou do que é Belo”. Na antropologia, são utilizados para a

compreensão da cultura. Na sociologia, são empregados para fundamentar a sociedade e justificar suas ações. Em contrapartida, nas abordagens evolucionistas a transmissão dos valores representa um fenômeno importante na compreensão da sobrevivência da espécie humana (TAMAYO; PORTO, 2005).

Grad (2008) identifica os valores como construtos psicossociais que expressam uma relação geral e estável entre o indivíduo e a sociedade. Para Teixeira e Pereira (2008), os valores representam uma linguagem utilizada pelo ser humano para comunicar suas necessidades. Braithwaite e Blamey (2011) identificam os valores como metas e formas de comportamento que as pessoas podem buscar na vida cotidiana, como a prosperidade econômica, a sabedoria, ser generoso ou confiável. Por outro lado, Campos (2008) e Tamayo (2005) identificam nos valores um aspecto motivacional capaz de orientar nossas atitudes e comportamentos.

Assim sendo, por trás dos valores encontram-se os interesses individuais, coletivos ou mistos, que acabam modelando a visão que as pessoas têm do mundo, da existência, do trabalho e da sociedade (TAMAYO; BORGES, 2011). Em outras palavras, a organização do pensamento acerca dos valores implica escolhas, seja por parte de uma pessoa ou de uma coletividade (GOUVÊA, 2008).

Nesse sentido, os valores pessoais dizem respeito às escolhas valorativas de cada um. Consequentemente, o valor maior será a própria individualidade de cada um em sua particularidade absoluta. Assim, o que mais tem valor é o que nos distingue uns dos outros e não o que temos em comum (GOUVÊA, 2008). Segundo Schwartz (1994), os valores pessoais incitam sentimentos nos indivíduos, guiam a seleção e a avaliação de ações, servindo como padrões ou critérios (GUARDANI, 2008).

Isto posto, os valores pessoais podem ser definidos como crenças pertencentes a estados finais de existência ou modos de conduta desejáveis que

transcendem situações específicas, orientam na seleção ou avaliação de comportamentos, pessoas e eventos, sendo ordenados por sua importância relativa a outros valores, formando, assim, um sistema de prioridade de valores (SCHWARTZ, 1992).

2.5.1 A hierarquia de valores

Segundo Rokeach (1973, p. 122), “o conhecimento dos valores de uma pessoa nos deveria permitir prever como ela se comportará em diversas situações experimentais e da vida real”. Nessa perspectiva, Schwartz (1992) desenvolveu um modelo para o estudo da estrutura dos valores humanos, mais conhecido como teoria de valores, demonstrando que os valores pessoais são organizados de acordo com as motivações básicas que suas metas refletem, respondendo a três requisitos universais: biológico (necessidades universais dos indivíduos como organismos biológicos), de interação (exigências universais de interação social coordenada) e de grupo (exigências universais de funcionamento harmônico e sobrevivência dos grupos) (CAMPOS, 2008; GRAD, 2008; PATO, 2004).

Assim, dos três requisitos universais derivam dez tipos motivacionais, propostos para organizar um conjunto de valores: universalismo, benevolência, conformidade, tradição, segurança, poder, realização, hedonismo, estimulação e autodeterminação (SCHWARTZ, 2011). Teoricamente, qualquer valor detectado em uma determinada sociedade poderá ser incluído em um desses tipos motivacionais, apresentando, conseqüentemente, uma correlação elevada com outros valores situados nessa região (TAMAYO; SCHWARTZ, 1993). Em outras palavras, Schwartz (1992) considera a existência de um número ilimitado de valores que podem ser organizados em um número limitado de tipos motivacionais (TAMAYO; PORTO, 2009).

O modelo desenvolvido por Schwartz (1992) foi validado por meio de pesquisa transcultural em 67 países, a partir de 210 amostras com um total de 64.271 sujeitos. Assim, para a verificação do modelo, o autor construiu dois instrumentos: o *Schwartz Values Survey* (SVS) e o *Portrait Values Questionnaire* (PVQ). Esses instrumentos vêm sendo utilizados em mais de 40 línguas, em pesquisas nacionais e internacionais (TAMAYO; PORTO, 2009). No Brasil, a validação do SVS foi realizada por Tamayo e Schwartz (1993) e a validação do PVQ foi realizada por Tamayo e Porto (2009).

No SVS, os itens foram selecionados, *a priori*, para expressar os diversos aspectos do objetivo motivacional de cada um dos tipos motivacionais. Dessa forma, cada um dos valores proposto é seguido por uma fase explanatória, entre parênteses. Assim, o SVS utiliza uma escala que permite à pessoa expressar a importância que cada um dos valores possui para ela, como um princípio que orienta sua vida (TAMAYO; PORTO, 2009).

O SVS contém 56 valores, sendo 44 com significados equivalentes em todas as culturas, obtidos a partir da análise em 40 nações diferentes (PATO, 2004). É válido ressaltar que, por incorporar valores de culturas específicas, além de exigir elevado grau de abstração do respondente, o SVS não é um inventário de rápida aplicação (LOMBARDI et al., 2010).

Por outro lado, o PVQ foi criado para superar o caráter abstrato do SVS e facilitar a utilização, em especial, com crianças, adolescentes e pessoas de baixo nível de escolarização. Os itens do PVQ consistem em curtas descrições de pessoas e não expressam diretamente valores, mas objetivos, desejos e aspirações de pessoas. Tais descrições apontam implicitamente para a importância dada pela pessoa aos diversos valores (TAMAYO; PORTO, 2009).

Nesse sentido, enquanto o SVS exige uma avaliação consciente de valores específicos, o PVQ mede-os de forma indireta (LOMBARDI et al., 2010). Segundo Tamayo e Porto (2009), a versão inicial do PVQ contava com

29 itens e a versão atual, reformulada, conta com 40 itens, sendo que cada item representa um valor presente no SVS, privilegiando os valores que apresentam significado similar entre as culturas (TAMAYO; PORTO, 2009).

A partir do Quadro 1, é possível compreender o significado desses valores através dos tipos motivacionais propostos por Schwartz (1992).

Quadro 1 - Tipos motivacionais de valor.

Definição	Exemplos de valores	Fontes
Poder: <i>status</i> social sobre as pessoas e os recursos.	Poder social. Autoridade. Riqueza	Interação Grupo
Realização: sucesso pessoal mediante a demonstração de competência, segundo critérios sociais.	Bem-sucedido. Capaz. Ambicioso	Interação Grupo
Hedonismo: prazer e gratificação sensual para si mesmo.	Prazer. Desfrutar a vida	Organismo
Estimulação: entusiasmo, novidade e desafio na vida.	Audacioso. Uma vida variada. Uma vida excitante	Organismo
Autodeterminação: pensamento independente e escolha da ação, criatividade, exploração.	Criatividade. Curioso. Liberdade	Organismo Interação
Universalismo: compreensão, apreço, tolerância e atenção com o bem-estar de todas as pessoas e da natureza.	Tolerância. Justiça social. Igualdade. Proteção do meio ambiente	Grupo ⁸ Organismo
Benevolência: preservação ou intensificação do bem-estar das pessoas com as quais se está em contato pessoal frequente	Ajuda. Honesto. Não rancoroso	Organismo Interação Grupo
Tradição: respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias oferecidas pela cultura tradicional ou a religião.	Humilde. Devoto. Aceitar minha parte na vida	Grupo
Conformidade: restrição das ações, tendências e impulsos que possam incomodar ou ferir os outros e contrariar expectativas ou normas sociais.	Polidez. Obediente. Honra aos pais e pessoas mais velhas	Interação Grupo
Segurança: segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, das relações e de si mesmo.	Segurança nacional. Ordem social. Idôneo	Organismo Interação Grupo

Fonte: Schwartz (2011, p. 58-59)

⁸ Emerge quando as pessoas entram em contato com os que estão fora do grupo primário ampliado, reconhecendo a interdependência grupal e conscientizando-se a respeito da escassez dos recursos naturais (SCHWARTZ, 2011).

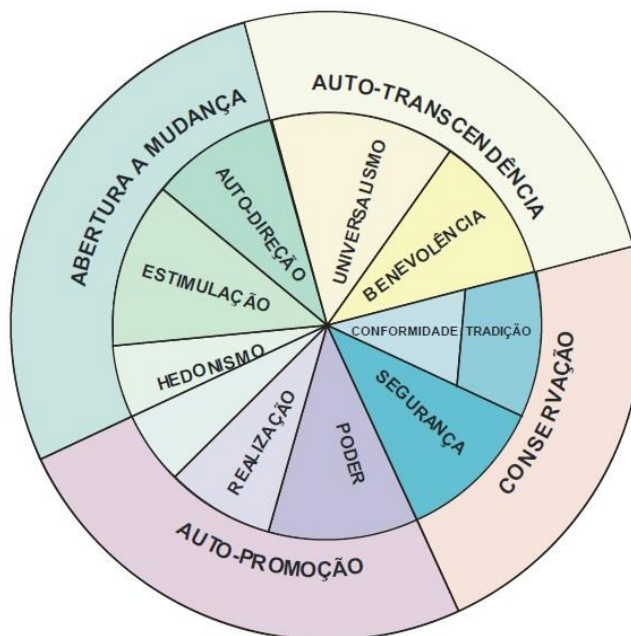
Assim sendo, cada um dos tipos motivacionais (primeira coluna) é definido por sua meta central, formando índices confiáveis de prioridades axiológicas. Na segunda coluna, encontram-se exemplos de valores específicos que representam, em especial, cada tipo. Quando as pessoas agem para expressar esses valores específicos ou se orientam para consegui-los, estão promovendo a meta central do tipo de valor. A terceira coluna apresenta os requisitos universais da existência humana, dos quais derivam cada tipo de valor (MARTÍNEZ-SANCHEZ; ROS, 2011; SCHWARTZ, 2011).

Dessa forma, os tipos motivacionais encontram-se dispostos em uma estrutura circular de acordo com o seu grau de compatibilidade ou conflito. Segundo Teixeira e Monteiro (2008), essa disposição permite que os valores conflitantes se oponham a partir do centro da representação circular do sistema e os valores compatíveis estejam proximalmente localizados, distribuindo-se ao redor do círculo. Assim, cada um é detalhado em termos de objetivos amplos que expressam e fundamentado em relação aos requisitos universais e aos conceitos de valores relacionados. Alguns valores apresentam significados múltiplos e expressam objetivos motivacionais de mais de um tipo motivacional (GRAD, 2008; PORTO, 2008; SCHWARTZ, 2005b).

Os valores que expressam interesses individuais (poder, realização, hedonismo, estimulação e autodeterminação) ocupam uma área contígua, oposta àquela reservada aos valores que expressam primariamente interesses coletivos (tradição, conformidade e benevolência). Os tipos motivacionais universalismo e segurança, constituídos por valores que expressam tanto interesses individuais como coletivos, situam-se nas fronteiras destas duas áreas (TAMAYO; SCHWARTZ, 1993).

A Figura 1 ilustra a estrutura universal dos valores e sua dinâmica de relações.

Figura 1 - Estrutura universal dos valores segundo a teoria de Schwartz (1992).



Fonte: Pato (2004, p. 41)

Nessa estrutura de relações dinâmicas entre os tipos motivacionais, os valores formam um contínuo de motivações relacionadas, distintas umas das outras, apresentando consequências psicológicas, práticas e sociais (PATO, 2004). Diante do exposto, a estrutura circular permite identificar duas dimensões de conflito, conforme esclarecem Teixeira e Monteiro (2008, p. 207):

A primeira – Abertura a mudança *versus* Conservação – opõe valores que enfatizam as ações e pensamentos individuais e independentes àqueles valores que enfatizam uma autorrestrrição submissa, preservação das práticas tradicionais e proteção da estabilidade. A segunda – Autotranscendência *versus* Autopromoção – opõe valores que enfatizam a aceitação do outro como igual e o bem-estar coletivo àqueles valores que procuram a própria realização, o poder sobre os outros. Essas duas dimensões bipolares reúnem dez valores: a) autopromoção: poder e realização; b)

abertura a mudança: hedonismo⁹, estimulação e autodeterminação; c) autotranscendência: universalismo e benevolência; d) conservação: tradição, conformidade e segurança.

Por outro lado, a compatibilidade relaciona-se da seguinte maneira:

a) poder e realização: ambos enfatizam a superioridade e a estima social; b) realização e hedonismo: ambos se centram na satisfação pessoal; c) hedonismo e estimulação: ambos implicam no desejo do despertar afetivo; d) estimulação e autodeterminação: compartilham o interesse intrínseco pela novidade e maestria; e) autodeterminação e universalismo: expressam a confiança no próprio juízo e o conforto com a diversidade da existência; f) universalismo e benevolência: ambos se ocupam com o bem-estar dos demais e de transcender os interesses egoístas; g) benevolência e conformidade: demandam um comportamento normativo que promove as relações próximas; h) benevolência e tradição: promovem a devoção ao próprio endogrupo; i) conformidade e tradição: implicam na subordinação do *self* em favor das expectativas sociais impostas¹⁰; j) tradição e segurança: destacam a preservação dos acordos sociais para dar segurança à vida; k) conformidade e segurança: enfatizam proteger a ordem e a harmonia das relações; l) segurança e poder: ambos procuram evitar ou superar o medo e as incertezas mediante o controle das relações e dos recursos (TEIXEIRA; MONTEIRO, 2008, p. 207-208).

Assim sendo, a essência dos valores encontra-se na possibilidade de sua hierarquização. Essa organização hierárquica pressupõe que o indivíduo não se relacione com o mundo físico e social como um observador que assiste a um espetáculo, mas como um ator que participa, toma partido e, conseqüentemente, nele se envolve (TAMAYO, 2007).

⁹ O hedonismo está inserido tanto em autopromoção quanto em abertura à mudança, indicando que esse tipo de valor compartilha metas de ambas, adjacentes na estrutura circular (PATO, 2004; SCHWARTZ, 2005b).

¹⁰ Embora os tipos motivacionais tradição e conformidade estejam localizados na mesma fatia do círculo, o primeiro encontra-se do lado de fora do segundo, implicando em diferenças entre os dois tipos e o compartilhamento de uma meta motivacional única: subordinação do indivíduo (*self*) em favor das expectativas sociais impostas (PATO, 2004).

Para Ros (2011a), os valores são crenças que nos direcionam ao que é adequado ou não realizar; são ordenados conforme seu critério de importância; em sua maioria, guiam o nosso comportamento, pois são interiorizados pelo processo de socialização, e; por fim, constituem o núcleo central de nossa personalidade, sendo, portanto, a base de nosso autoconceito.

Dessa maneira, uma mudança na hierarquia de valores está diretamente relacionada ao autoconceito que o indivíduo possui a respeito de si mesmo, o que inclui, por exemplo, a imagem física, as habilidades e fraquezas intelectuais e morais, posição socioeconômica na sociedade, identidade racial e religiosa, bem como a identidade referente a diversos papéis na sociedade: sexual, nacional, marital, ocupacional, dentre outros (RODRIGUES, 2008).

Ademais, as contradições entre os valores de um indivíduo e seu autoconceito podem ser percebidas, principalmente, nas influências que as demandas sociais exercem sobre o mesmo, induzindo-o a comportamentos defensivos ou gerando situações que o façam conformar-se com normas contraditórias. É válido destacar também que os valores mudam à medida que o ambiente muda, forçando um ajuste tanto no nível individual como social. Essa mudança pode ocorrer quando não existir a possibilidade de adaptação a novas situações sociais (PEREIRA; CABRAL; PEREIRA, 2015; RODRIGUES, 2008).

Assim, ao considerar o conflito e analisar os valores em uma estrutura dinâmica, a teoria de Schwartz (1992) permite uma melhor compreensão da relação entre valores, atitudes e comportamentos, uma vez que estes não são guiados por um valor particular, mas podem implicar, simultaneamente, diferentes valores. Nesse sentido, pressupõe-se que o conflito ativa as prioridades de valores, tornando-as conscientes e prontas a atuar como princípios-guia (PATO; TAMAYO, 2002).

2.6 Crenças ambientais

Segundo Rokeach (1981), as crenças podem ser consideradas como proposições simples, conscientes ou não, inferidas a partir de uma ação ou fala do indivíduo. Para este autor, as crenças, atitudes e valores estão atrelados, formando um sistema cognitivo funcionalmente integrado; portanto, uma mudança em qualquer parte deste sistema afetará outras partes e culminará em uma mudança comportamental. Por outro lado, Corral-Verdugo (2001) afirma que as crenças são disposições segundo as quais os indivíduos associam uma situação à outra com base no grupo social e contexto cultural em que estão inseridos ou, até mesmo, em seus próprios critérios ou experiências.

Nesse contexto, as crenças ambientais são definidas como elementos componentes de um sistema de crenças e/ou visão de mundo e são mensuradas a partir de dois paradigmas. Um deles é o Novo Paradigma Ambiental (NPA), no qual os seres humanos são considerados parte integrante do ecossistema e estão sujeitos às suas regras. Assim, ao pressupor que o homem e a natureza estão interligados, o NPA refere-se, basicamente, à ideia de sustentabilidade, com vistas ao equilíbrio entre os dois polos da relação homem-meio ambiente, de forma a evitar o uso excessivo e o esgotamento dos recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico. Em contrapartida, a visão de que o homem está dissociado e acima da natureza é conhecida como Paradigma Social Dominante (PSD). De acordo com o PSD, a natureza existe para ser explorada e dominada pelo homem (CAMPOS; POL, 2010, PATO, 2004).

Desse modo, o grau de adesão dos indivíduos aos postulados desses paradigmas é utilizado pelos pesquisadores como uma medida de crenças ambientais, classificada em dois tipos: crenças ecocêntricas, caracterizadas pelo NPA e definidas em relação aos aspectos de sustentabilidade no uso dos recursos. Segundo esta medida, a interdependência das espécies e a proteção da natureza respondem às necessidades de sobrevivência do homem, que por sua

vez, protege, preserva e economiza recursos pensando em seu bem-estar no mundo; crenças antropocêntricas, caracterizadas pelo PSD, ou seja, por uma visão utilitária da natureza e uma posição contrária aos movimentos ambientalistas. De acordo com esta medida, a preservação do meio ambiente estaria a serviço do homem e de suas necessidades (CAMPOS; POL, 2010; PATO, 2004).

Nesse sentido, López (2002) aponta que o sistema de crenças ambientais pode ser entendido como crenças sociais existentes na relação entre os seres humanos e o meio ambiente, que variam desde uma preocupação antropocêntrica até uma ecocêntrica. Por outro lado, Thompson e Barton (1994) afirmam que ambas as crenças - ecocêntricas e antropocêntricas - demonstram preocupação com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais, o que as difere são os motivos pelos quais buscam essa preservação.

Dessa forma, para aqueles que demonstram uma visão ecocêntrica, a natureza possui um valor intrínseco e, portanto, deve ser preservada. Em outras palavras, os indivíduos adotam comportamentos de preservação do meio ambiente, mesmo que isso implique desconforto, inconveniência e redução dos bens materiais. Por outro lado, aqueles que demonstram uma visão antropocêntrica, relacionam a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas ao seu interesse em manter ou aumentar a qualidade de vida, a saúde e a própria perpetuação. Para esses indivíduos, o ambiente físico é visto como um meio para a satisfação das necessidades materiais do ser humano (CAIXETA, 2010).

Assim sendo, as crenças ambientais são capazes de indicar como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente, bem como sua predisposição em agir ou não de maneira ecológica permitindo, assim, uma compreensão do comportamento ecológico e suas formas de manifestação. Nesse sentido, esclarece Pato (2004, p. 20):

Se uma pessoa acredita, por exemplo, que jogar papel na rua é inofensivo ao meio ambiente, ou ainda, que esse tipo de ação contribui para a manutenção do emprego dos garis – funcionários do serviço de limpeza urbana – provavelmente quando receber um panfleto que não lhe interessa poderá jogá-lo no chão ante a inexistência (ou não) de uma lixeira por perto.

Diante disso, a literatura sugere que as crenças ambientais podem mudar de cultura para cultura, evidenciando uma especificidade da temática ambiental em cada contexto e situação. Ademais, apresenta evidências de que as crenças ambientais são consideradas como antecedentes aos comportamentos ecológicos. Tais evidências se comprovam nos estudos empíricos dedicados a investigar a relação entre certas crenças ambientais e comportamentos ecológicos específicos como, o consumo de água, o uso do automóvel particular, reciclagem e redução do lixo e o uso de energia (MEDINA, 2008; PATO, 2004; RODRIGUES, 2011).

No Brasil, a Escala de Crenças Ambientais (ECA) - elaborada e validada por Pato (2004) -, vem sendo utilizada por pesquisadores, em especial, por sua capacidade de identificar a estrutura do sistema de crenças ambientais dos brasileiros. A ECA é composta por 26 itens sobre temas ambientais relacionados com as características naturais e com os problemas ambientais (do Brasil e globais) e também sobre a relação do homem com o meio ambiente, avaliando o grau de concordância numa escala Likert de cinco pontos (1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente). A escala é distribuída em dois fatores: crenças ecocêntricas e crenças antropocêntricas (CAMPOS; POL, 2010).

É válido destacar que alguns itens foram construídos com base nos fatores da Escala de Comportamento Ecológico – ECE, gerando, com isto, itens referentes a crenças específicas sobre economia de água e energia, consumo de produtos ecológicos (não agressivos ao meio ambiente), limpeza e redução de resíduos sólidos e participação ativa na defesa do meio ambiente (PATO, 2004).

Assim, a identificação das crenças que os indivíduos possuem sobre o meio ambiente, a relação que estabelecem com os comportamentos ecológicos,

bem como a análise do papel que desempenham na relação entre valores e comportamentos, são capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ambiental do homem, assim como para a transformação da sua relação com o meio ambiente (PATO, 2004).

2.7 Comportamento ecológico

Toda atividade humana, qualquer que seja ela, incide no ecossistema, seja pelo lado da extração de recursos (caso em que a natureza funciona como fonte), seja pelo lançamento de dejetos sob a forma de matéria ou energia degradada (caso em que atua como cesta de lixo) (CAVALCANTI, 2004).

Nesse sentido, o comportamento ecológico pode ser considerado como um dos problemas centrais relacionados à temática ambiental, uma vez que as ações humanas, direta ou indiretamente, contribuem para o aceleração da degradação ambiental e provocam conflitos socioambientais (PATO, 2004).

Segundo Pato e Tamayo (2006), a denominação comportamento ecológico significa o mesmo que pró-ambiental, ou seja, um agir em favor do meio ambiente que reflete, conseqüentemente, em uma utilização dos recursos de maneira sustentável. Essa ação pode, ou não, ser consciente e intencional, podendo, também, ser aprendida, internalizada e fazer parte do cotidiano das pessoas. Do ponto de vista individual, o cidadão pode minimizar o impacto de suas atividades rotineiras sobre o meio ambiente a partir de comportamentos pró-ambientais ou ecológicos, como separar os resíduos domésticos, economizar energia e água, comprar produtos orgânicos, dentre outros (CAMPOS; POL, 2010).

Assim sendo, Pato (2004) considera o comportamento ecológico como um tipo de comportamento motivado por um valor interno que, ao mesmo tempo, beneficia o meio ambiente natural e contribui para o bem coletivo. Dessa forma, os comportamentos ecológicos são caracterizados por uma relação com o

meio ambiente que ultrapassa a fronteira pessoal, sugerindo, ao mesmo tempo, responsabilidade social e compromisso socioambiental.

Nesse contexto, ao considerar, segundo Schwartz (2005b), que os valores antecedem atitudes e comportamentos, o conhecimento dos valores dos indivíduos possibilita, conseqüentemente, a compreensão e a predição de suas atitudes e comportamentos, dentre eles, o comportamento ecológico. Por conseguinte, Pato (2004, p. 15) esclarece que “a conduta ecológica está mais relacionada aos valores e às aspirações que orientam a vida de uma pessoa do que à informação específica disponível em relação ao meio ambiente”.

Contudo, nem sempre a relação entre os valores e o comportamento ecológico é direta. Segundo Campos e Pol (2010), dentre as variáveis capazes de influenciar essa relação e explicar os comportamentos pró-ambientais, destacam-se a preocupação ambiental, as atitudes, os estilos de vida, as variáveis sociodemográficas e as contextuais, embora sem uma tendência clara de sua influência sobre estas condutas. Além destas, destaca-se também o efeito das variáveis precursoras nos comportamentos, ressaltando a questão cultural e o impacto econômico, institucional, político e social da execução destes.

Nessa perspectiva, o comportamento ecológico vem sendo estudado por uma área da psicologia, conhecida como psicologia ambiental. Esta área investiga a forma como os aspectos sociais e físicos do ambiente influenciam o comportamento do indivíduo e como este último influencia o seu entorno. Dessa forma, o objeto da psicologia ambiental recai sobre a influência mútua de fatores ambientais e comportamentais ao focar em problemas específicos e suas possíveis soluções (RODRIGUES, 2011).

Diante disso, Pato (2004) destaca que a percepção dos indivíduos em relação à escassez dos recursos naturais e aos prejuízos que determinadas ações podem acarretar ao meio ambiente, é capaz de influenciá-los na adoção de comportamentos mais ecológicos. Assim, indivíduos que manifestam

preocupação com o meio ambiente e com as condições de vida das gerações presentes e futuras, além de apresentar uma consciência ambiental maior, tendem a se envolver mais em comportamentos ecológicos responsáveis.

Dessa maneira, as medidas de comportamento ecológico existentes na literatura distribuem-se, basicamente, em dois grupos: medidas gerais e medidas específicas. As medidas gerais são propostas e testadas por Karp (1996) e Kaiser (1998) e procuram investigar as dimensões do comportamento ecológico em realidades ditas de primeiro mundo, cujo foco de interesse está nas dimensões desse tipo de comportamento e nas semelhanças e diferenças apresentadas por pessoas ou grupos de pessoas nessas dimensões. Tais instrumentos fazem uso de autorrelatos de comportamentos, medidos em frequência ou concordância. Por outro lado, as medidas específicas são inúmeras e têm investigado o comportamento de reciclagem, de conservação de energia e de água, dentre outros (PATO; TAMAYO, 2006).

Kaiser (1998) realizou um estudo probabilístico sobre a medida geral de comportamento ecológico (GEB) com o objetivo de identificar os comportamentos mais comuns e fáceis de realizar, bem como os mais difíceis e raros de se manifestar. Sua medida contém sete fatores, sendo um deles relacionado ao comportamento pró-social e outro ao uso de transporte público, no sentido de minimizar os impactos ambientais decorrentes do uso do automóvel particular. Apesar das contribuições ao estudo do comportamento ecológico, sua medida é considerada inadequada à realidade brasileira (PATO; TAMAYO, 2006).

Karp (1996) revelou a existência de três tipos de comportamento ecológico: o do bom cidadão, que envolve comportamentos pró-ambientais, como a reciclagem e a economia de água e energia; o do ativista, que envolve a contribuição a grupos que lutam pelas causas ambientais; e o do consumidor

saudável, que envolve a busca de alimentos ecologicamente saudáveis e a rejeição a produtos que poluam o meio ambiente (ROS, 2011b).

É válido ressaltar que Karp (1996) utilizou a teoria de valores de Schwartz (1992) para pesquisar a influência dos valores sobre os comportamentos pró-ambientais. Logo, identificou nas dimensões autotranscendência e abertura à mudança uma aproximação maior com os três comportamentos pró-ambientais ou ecológicos (PATO, 2004; ROS, 2011b).

No Brasil, a Escala de Comportamento Ecológico (ECE) foi criada e validada por Pato (2004), visando medir comportamentos ecológicos a partir dos sujeitos. Inspirada na escala de Karp (1996)¹¹, a ECE propõe 29 itens (agrupados dentro de quatro fatores) para medir a frequência de comportamentos ecológicos específicos e cinco itens de desejabilidade social (DS). Para tanto, utiliza-se uma escala Likert de seis pontos (na qual “1” significa nunca e “6”, sempre) (CAMPOS; POL, 2010).

Dessa maneira, os quatro fatores específicos são divididos, conforme esclarecem Campos e Pol (2010, p. 202), em:

Economia de água e energia. É composto por 12 itens e diz respeito àqueles comportamentos de não desperdiçar energia e água, como por exemplo, “Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados”.

Limpeza urbana. Este fator refere-se aos cinco itens associados à manutenção do ambiente limpo (“Quando não encontro lixeira por perto, joga latas vazias no chão”).

Ativismo/Consumo. Agrupa nove itens relacionados à preservação e à conservação do meio ambiente, por meio de participação ativa que envolva outras pessoas, ou por meio de decisão de compra e de uso de produtos considerados

¹¹ Karp (1996) mediu os comportamentos pró-ambientais através de uma escala de atividades pró-ambientais autorrelatadas, identificando que os comportamentos ecológicos específicos podem ser mais ou menos autointeressados, sendo necessária uma distinção entre o comportamento ecológico de autotranscendência e o de autopromoção, bem como entre o comportamento que é normativo e o que é atípico (PATO, 2004).

nocivos ou não ao meio ambiente, e mobilização (“Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente”, “Compro comida sem me preocupar se têm conservantes ou agrotóxicos”).

Reciclagem. Reúne três itens sobre ações de separação de resíduos domésticos conforme o tipo (“Providencie uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa”).

Por outro lado, os cinco itens de desejabilidade social foram construídos dentro do contexto da temática ambiental para testar, de forma específica, a influência desse aspecto na forma como as pessoas respondem ao autorrelato de comportamento ecológico. Em outras palavras, tais itens refletem a preocupação em controlar o significado do “politicamente correto” ou “ecologicamente correto”, que as pessoas carregam quando se trata do meio ambiente e da utilização de espaços de uso coletivo. Assim, são considerados como de desejabilidade social porque traduzem comportamentos raros e improváveis de estarem presentes no cotidiano dos cidadãos comuns, como, por exemplo, “Entrego as pilhas usadas nos postos de coleta” ou “Entrego papéis para a reciclagem” (PATO; TAMAYO, 2006).

Diante do exposto, a compreensão dos aspectos associados ao comportamento ecológico pode contribuir para o esclarecimento da problemática ambiental vigente e favorecer, assim, a proposição de estratégias de intervenção mais eficazes, bem como a elaboração de políticas públicas mais condizentes com a realidade brasileira (PATO, 2004).

2.8 A interação entre valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico

Nos últimos anos, estudos vêm demonstrando a relação entre os valores humanos, as crenças (tratadas, predominantemente, em termos das dimensões ecocêntrica e antropocêntrica) e os comportamentos pró-ambientais. Esses estudos - cujo embasamento teórico tem sido proporcionado, principalmente, pelos tipos motivacionais de Schwartz (1992) - representam um subsídio

importante para iniciativas voltadas às questões ambientais (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006).

O investimento nessa empreitada, segundo Teixeira et al. (2014), resulta em benefícios que podem ser usufruídos por pesquisadores, iniciativa privada e governo. Para os pesquisadores, avanço na pesquisa a partir da interação entre os construtos; para a iniciativa privada, possibilidade de conhecer o mercado em que opera; e, para o governo, direcionamento adequado na implantação de políticas públicas. Nesse sentido, esclarece Pato (2004, p. 86):

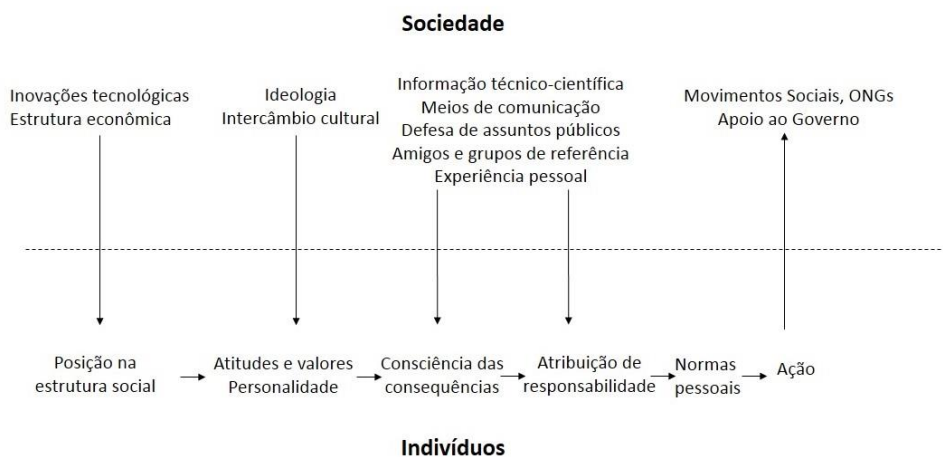
A utilização do modelo de Schwartz possibilitará a compreensão mais abrangente da dinâmica motivacional dos comportamentos ecológicos, podendo identificar motivações subjacentes aos dois tipos de crenças aparentemente contraditórios, revelando características da amostra estudada. Além disso, poderá orientar campanhas educativas e o estabelecimento de metas e de propostas de ação para a gestão ambientalmente sustentável, entre outras contribuições, a partir da compreensão dessas motivações específicas associadas a cada tipo de comportamento ecológico. A teoria de Schwartz pressupõe e evidencia teórica e empiricamente a relação direta entre valores e comportamentos.

Assim, para além das ações individuais é preciso considerar a ação social e política no que diz respeito à preservação ambiental. Nesse sentido, Stern et al (1986 apud LÓPEZ, 2002) propuseram um modelo de proteção ao meio ambiente com base em processos de interação social (FIGURA 2). O modelo busca explicar como as pessoas com acesso às informações públicas e científicas a respeito do meio ambiente são capazes de se envolver em comportamentos pró-ambientais e, conseqüentemente, em mudanças relacionadas à proteção ambiental.

Nesse sentido, a noção de risco ambiental deve estar presente na consciência de cada indivíduo, transformando-se em atitudes, julgamentos e ações. Assim, os problemas ambientais deixam de ser abordados apenas como uma situação lamentável, mas também moralmente intolerável - em função dos

danos causados a inocentes - com a identificação do agente responsável por essa situação (LÓPEZ, 2002).

Figura 2 - Modelo esquemático dos processos de mudança normativa nos indivíduos e na sociedade



Fonte: Adaptado de Stern, Dietz y Black (1986, apud LÓPEZ, 2002, p. 58, tradução nossa).

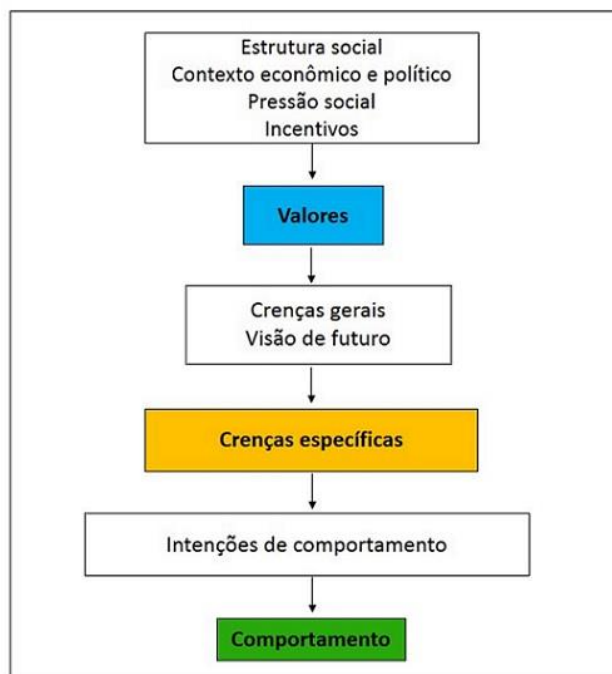
Nessa perspectiva, a forma como os indivíduos percebem e interagem com o meio ambiente é influenciada por questões sociais, em especial, aquelas relacionadas à estrutura social, ideologia, opiniões e informações relevantes sobre as questões ambientais (LÓPEZ, 2002).

Diante disso, os valores podem influenciar os comportamentos pró-ambientais de maneira direta ou indireta, seja pela sensibilização dos indivíduos às consequências ambientais - que podem afetar, diretamente, aquilo que valorizam -, seja por sua receptividade às mensagens dos movimentos sociais, que na sua percepção, subscrevem esses valores (LÓPEZ, 2002; PATO, 2004).

Por conseguinte, o reconhecimento de que a problemática ambiental é complexa e envolve aspectos sociais, econômicos, políticos, institucionais, dentre outros, ressalta a importância de se compreender a dinâmica das relações

que orientam os indivíduos em suas interações com o meio ambiente (FIGURA 3).

Figura 3 - Dinâmica das relações entre valores, crenças e comportamentos



Fonte: Adaptado de López (2002, p. 59, tradução nossa).

Assim sendo, um modelo de comportamento ecológico responsável envolve uma série de aspectos, dentre eles: fatores pessoais (como capacidade de ação, conhecimento e consciência ambiental) e fatores sociais (como justiça na distribuição dos benefícios e custos, justiça das políticas ambientais, atribuição de responsabilidade pela destruição e proteção, pressão social) (LÓPEZ, 2002).

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento econômico vigente – que possibilita a expansão das riquezas e estimula o consumismo –, assim como a falta de acesso aos bens de consumo e serviços de infraestrutura, influenciam as diferentes manifestações de comportamento em relação ao meio ambiente.

Grande parte da população brasileira ainda carece de condições básicas para a sobrevivência, como o saneamento básico e a coleta de lixo (PATO, 2005).

Ademais, os incentivos (ou ausência deles) influenciam na mudança de padrões de hábitos antigos e na adoção de certas práticas, como a separação do lixo conforme o tipo (sistema adequado de coleta), a moderação do consumo, o uso do transporte público (transporte público de qualidade), a redução do desperdício etc. (LÓPEZ, 2002; ROSA, 2013).

Consequentemente, as demandas sociais exercem influência sobre os valores de um indivíduo e, portanto, em sua decisão de realizar ou não um comportamento. Em outras palavras, as pessoas serão motivadas a se envolver em comportamentos pró-ambientais quando acreditarem, de fato, que tais comportamentos serão positivos para aquilo que conferem valor (ROSA, 2013).

No âmbito dos valores pessoais, estudos têm revelado que pessoas que priorizam valores como poder e realização pessoal - que atendem a interesses individuais e egoísticos - dificilmente reduzirão o consumo de água e energia em seu cotidiano, a menos que obtenham alguma vantagem pessoal (PATO, 2005; PATO; TAMAYO, 2002).

Nesse sentido, algumas manifestações de comportamentos pró-ambientais como, por exemplo, a utilização das escadas ao invés do elevador e a redução do consumo de água, podem apresentar como motivação o ganho pessoal de se praticar uma atividade física, ao subir e descer as escadas, assim como a redução dos custos financeiros oriundos da economia de água (CAIXETA, 2010).

Dentre os valores apresentados por Schwartz (1992), três podem ser considerados de natureza ambiental: união com a natureza (integração com a natureza); protetor do meio ambiente (preservar a natureza) e limpo (asseado, arrumado). Ressalta-se que este último é mais abrangente, envolvendo tanto a

higiene pessoal como a limpeza de espaços de uso comum e/ou individual, não sendo, portanto, exclusivo deste tema (PATO, 2004).

Logo, a orientação valorativa do indivíduo refletirá, conseqüentemente, em suas crenças e visão de futuro. Ou seja, as pessoas discordam sobre a seriedade dos problemas ambientais e o que deveria ser feito em relação a eles. Pessoas com crenças e visão de futuro divergentes podem coletar os mesmos dados, ser consistentes e, ainda assim, chegar a conclusões muito diferentes, pois partem de hipóteses e valores diversos (MILLER, 2012).

Nessa perspectiva, indivíduos que assumem uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional *universalismo* (Compreensão, apreciação, tolerância e proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza) tendem a apresentar crenças e compromissos a favor do meio ambiente em uma medida maior do que aqueles que não priorizam tais valores (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006).

Dessa forma, a educação de valores que contemple a dimensão *universalismo* (justiça social, sabedoria, igualdade, um mundo de paz, harmonia interior, um mundo de beleza, união com a natureza, protetor do ambiente e aberto) pode favorecer o desenvolvimento de crenças ecocêntricas e, conseqüentemente, comportamentos pró-ambientais (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006; PATO, 2004).

Por conseguinte, a intenção de realizar determinado comportamento apresenta-se como antecedente imediato do comportamento propriamente dito. Tal intenção é vista como uma função consciente e de controle por parte dos indivíduos, influenciada por suas crenças em relação às normas, bem como aos resultados e conseqüências de sua realização (ROSA, 2013).

Nesse contexto, estudos como “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, realizados pelo Ministério do Meio Ambiente, demonstram que existe um aumento da conscientização e

incorporação das questões ambientais pela população, porém, nem sempre o que as pessoas dizem é coerente com a forma como agem em seu cotidiano.

Assim, a contradição percebida entre o despertar da consciência ambiental e a manifestação de comportamentos que degradam o meio ambiente demonstra a necessidade de se conhecer melhor o fenômeno do comportamento ecológico, uma vez que as ações humanas, direta ou indiretamente, contribuem para o agravamento da situação ambiental e despertam a necessidade de soluções imediatas para a continuidade da vida no planeta (PATO, 2005).

Diante do exposto, o referencial teórico apresentado no presente estudo articula-se diretamente com os objetivos propostos e, conseqüentemente, com os procedimentos metodológicos, apresentados na seqüência. A partir do quadro 2, é possível visualizar essa articulação.

Quadro 2 - Articulação entre referencial teórico e objetivos propostos.

Problema de pesquisa: Como os indivíduos inseridos na temática do meio ambiente no município de Lavras valorizam as ações e atitudes de caráter ambiental?	
Objetivo geral: Analisar a percepção valorativa sobre crenças ambientais e comportamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.	
Objetivos específicos	Referencial teórico
a) Identificar a hierarquia de valores pessoais, crenças ambientais e comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;	- Valores pessoais e hierarquia de valores (Perfil de Valores de Schwartz – PVQ-40); - Crenças ambientais (Escala de Crenças Ambientais - ECA); - Comportamento ecológico (Escala de Comportamento Ecológico - ECE).
b) Correlacionar as crenças ambientais e os comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;	- Crenças ambientais (Fator crenças ecocêntricas e antropocêntricas); - Comportamento ecológico (Escala de Comportamento Ecológico - ECE).
c) Correlacionar os valores pessoais e os comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;	- Valores pessoais e hierarquia de valores (10 tipos motivacionais de Schwartz); - Comportamento ecológico (4 Fatores de comportamento ecológico: ativismo/consumo, economia de água e energia, reciclagem e limpeza urbana).
d) Investigar o nível de engajamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental.	- Comportamento ecológico (Escala de Comportamento Ecológico – questões relacionadas ao fator ativismo/consumo).

Fonte: Elaboração própria

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos necessários à operacionalização do presente estudo. Destacam-se, nesse sentido, a contextualização do ambiente e tipo de pesquisa, a caracterização da amostra, instrumento e procedimentos utilizados e análise dos dados.

3.1 Contextualização ambiente e tipo de pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Lavras, estado de Minas Gerais, situado a 230 km da capital Belo Horizonte. Sua população absoluta consiste em 92.200 habitantes em uma área total de 564,7 km² e densidade demográfica de 163,26 habitantes por km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Em Lavras, o CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) analisa as políticas públicas elaboradas pelo município, aprova procedimentos de licenciamento ambiental e fiscaliza a atuação pública e privada na temática do meio ambiente, com a participação em seu colegiado de representantes de vários setores da sociedade local. Além do CODEMA, o município conta com a existência das seguintes organizações formais inseridas na temática ambiental: ACAMAR, ARPA Rio Grande e Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III.

Assim sendo, foram pesquisados os indivíduos inseridos na temática do meio ambiente no município – pertencentes à ACAMAR, ARPA Rio Grande, Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III e CODEMA -, bem como sua percepção valorativa sobre crenças ambientais e comportamento ecológico.

Por conseguinte, a escolha da abordagem representa uma das etapas mais importantes na realização da pesquisa e requer do pesquisador um conhecimento sobre suas próprias potencialidades e limites, assim como as

potencialidades e limites do tipo de pesquisa escolhido. Desse modo, reconheceu-se a adoção da pesquisa quantitativa como a mais apropriada ao objeto da investigação, apesar da recente familiaridade da pesquisadora com o tema e com a realização de pesquisas desse tipo.

Nesse sentido, os dados foram coletados a partir de instrumentos validados que enfatizam o uso de técnicas estatísticas para a sua correlação, assim como para as possíveis relações entre as variáveis. Logo, uma das vantagens do método escolhido consiste no estabelecimento de relação entre o modelo teórico proposto e as informações resultantes da pesquisa, evitando-se eventuais distorções na interpretação.

Ademais, a escolha da pesquisa quantitativa mostrou-se acertada em função da disponibilidade dos participantes, que responderam prontamente ao questionário, porém, não se manifestaram dispostos, em sua maior parte, a despendar mais tempo para um aprofundamento qualitativo do estudo em questão.

3.1.1 ACAMAR (Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras)

A ACAMAR foi criada, inicialmente, com o objetivo de melhorar, através de hortas comunitárias, a alimentação de crianças carentes. Posteriormente, a ideia de incluir os pais dessas crianças no projeto deu origem ao “Programa de Coleta Seletiva de Lixo, Associativismo e Educação Ambiental em Lavras – MG”. Desse modo, o processo de constituição da Associação de Catadores de Material Reciclável de Lavras foi iniciado com a finalidade de coletar, separar e comercializar materiais recicláveis, como papéis, plásticos e metais (ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE LAVRAS, 2014).

Desde 1998, a associação realiza a coleta seletiva no município. Inicialmente, a coleta porta a porta era feita por uma carroça, totalizando aproximadamente 300 residências e 1,5 toneladas/mês de materiais recicláveis. Atualmente¹², a ACAMAR coleta cerca de 130 toneladas/mês (das quais, 20 toneladas correspondem à coleta de rejeitos) e atende a praticamente 92% dos domicílios de Lavras. Além da coleta seletiva, a associação atende grandes geradores, empresas e órgãos públicos e vende produtos de sua serraria (adquirida em 2007 para reaproveitar as madeiras coletadas nas empresas do município).

A ACAMAR define como sua missão: “trabalhar para o desenvolvimento do associativismo, usando como ferramenta a reciclagem do lixo e a educação ambiental” (ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE LAVRAS, 2014).

3.1.2 ARPA Rio Grande (Associação Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande)

Fundada por iniciativa da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande e da 6ª Companhia de Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito, sediadas no município de Lavras, a ARPA Rio Grande surgiu da necessidade de maior efetividade nas atividades de recomposição ambiental, demandadas pelas diversas intervenções legais e ilegais registradas na região, bem como dar suporte técnico e logístico aos órgãos e entidades encarregados da proteção ambiental (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GRANDE, 2014).

A ARPA Rio Grande atua nas comarcas atendidas pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande

¹² Dados disponibilizados pela ACAMAR em fevereiro de 2016.

e conta com a participação de advogados, geógrafos, engenheiros, biólogos, professores, ambientalistas, universitários e outros representantes da sociedade civil, que atuam através de convênios com universidades públicas e privadas, órgãos do meio ambiente e, sobretudo, com a população, em iniciativas próprias ou conjuntas em projetos de educação e recuperação (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GRANDE, 2014).

Recentemente, no ano de 2015, o Ministério Público de Minas Gerais - por meio da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande - firmou um compromisso de ajustamento de conduta (comumente denominado TAC) com o empreendimento Danone Ltda¹³. O referido termo tem como objetivo a regularização da exploração¹⁴ das águas no município de Jacutinga/MG.

Trata-se de importante instrumento extrajudicial no qual ficou convencionado que o empreendimento deverá adequar a conduta administrativa no exercício de suas atividades aos ditames legais do licenciamento ambiental, sob a supervisão técnica da ARPA. Definiu-se a destinação de recursos financeiros - a título de compensação ambiental - à ARPA. Assim, a associação executará o projeto de mapeamento das nascentes do município de Jacutinga e exercerá o acompanhamento através de estudos, elaboração de laudos e pareceres, auxiliando os órgãos públicos de controle no desenvolvimento sustentável do município.

A ARPA define como sua missão: “promover a preservação do meio ambiente, por intermédio do apoio aos órgãos ambientais destinados à

¹³ Informações disponibilizadas pelo site do Ministério Público de Minas Gerais, em 01/07/2015: http://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/ministerio-publico-celebra-termo-de-ajustamento-de-conduta-com-a-danone.htm#.VtRgC_krLIU.

¹⁴ Atividade econômica consistente na extração, processamento e industrialização das águas minerais oriundas do lençol freático.

prevenção, fiscalização e educação ambiental na Bacia do Rio Grande” (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GRANDE, 2014).

3.1.3 Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III

A associação surgiu da iniciativa, em 1999, de um grupo de moradores do bairro Jardim Glória, município de Lavras, que buscavam o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da comunidade, independentemente das ações do poder público. A partir de então, a associação foi formalizada e organizada através da eleição de um coordenador geral e de um sistema de coordenadorias com atuação conjunta.

Dentre suas conquistas, destacam-se: construção de uma praça no bairro Jardim Glória, instalação de uma feira livre, realização de asfaltamento pela Prefeitura, efetivação de uma linha de ônibus para atendimento ao bairro, bem como projetos voltados à cultura, saúde, esporte, educação e mobilização ambiental.

Atualmente¹⁵, após permanecer inativa por quase sete anos, a associação foi reativada com a incorporação dos bairros Jardim Campestre I, II e III, prosseguindo, então, com o desenvolvimento de ações voltadas para o bem-estar da comunidade. Destaca-se nesta nova etapa, dentre outras ações: o trabalho referente à implantação do Parque Municipal do Campestre nas áreas de preservação permanente remanescentes da antiga mata que cobria a Serra do Campestre, no município de Lavras.

Para o desenvolvimento deste projeto, a associação conta com o auxílio do Núcleo de Estudos em Manejo de Unidades de Conservação (NEUC), ligado ao departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras

¹⁵ Dados atualizados pela associação em fevereiro de 2016.

(UFLA) e responsável pela catalogação de espécies vegetais e animais existentes no bioma. Ressalta-se também, nesse contexto, o trabalho de monitoramento e preservação das nascentes presentes nos fragmentos remanescentes da mata.

Ainda na UFLA, a associação conta com a parceria da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) e da Terra Júnior, empresa de consultoria agropecuária formada por alunos e assessorada por professores dos cursos de Administração, Administração Pública, Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Veterinária e Zootecnia.

A associação define como sua missão: “promoção da vida através do esporte, lazer, cidadania e preservação ambiental”.

3.1.4 CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente)

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA) pode ser entendido como um órgão municipal colegiado, de caráter consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência, criado para assessorar o poder executivo municipal nas questões ambientais. Assim, ao envolver interesses divergentes e conflitos potenciais, o CODEMA apresenta-se como um fórum adequado para o encaminhamento de ações político-administrativas necessárias ao planejamento, controle e educação ambiental (PEREIRA; MUNGAI; CRUZ, 2007).

Segundo a “Pesquisa de Informações Básicas Municipais”, realizada em 2013 pelo IBGE, 3.784 municípios brasileiros – equivalente a 67,9% do total - dispunham de um Conselho de Meio Ambiente. Destes, 92% dos municípios com população semelhante à de Lavras (50.001 a 100.000 hab.) contavam com um Conselho desse tipo (BRASIL, 2014b).

O CODEMA do município de Lavras foi criado através da Lei Orgânica 1.224/80 e, posteriormente, reformulado pelo Decreto 4.743/03, responsável pela homologação de seu regimento interno. Desse modo, o conselho é

composto por representantes da sociedade civil e do poder público, dentre eles, o Ministério Público, IEF, EMATER, Rotary etc.

Enquanto órgão independente, o CODEMA analisa as políticas públicas elaboradas pelo poder executivo municipal, recebe denúncias, aprova procedimentos de licenciamento ambiental e fiscaliza a atuação pública e privada na temática do meio ambiente.

O CODEMA define como sua missão: um meio ambiente equilibrado e uma sociedade ambientalmente sustentável são direitos de todos, porém, tais direitos serão garantidos se todos participarem e cumprirem seus deveres junto ao meio ambiente (CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, 2015).

3.2 Amostra

A pesquisa contou com a participação de 82 indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras, entre gestores, associados e conselheiros pertencentes à ACAMAR, ARPA Rio Grande, Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III e CODEMA. Ressalta-se que a população em estudo englobou todos os integrantes das instituições mencionadas, com exceção da ACAMAR, cujos catadores de material reciclável não participaram da pesquisa.

O critério utilizado na aplicação dos questionários levou em consideração a atuação espontânea e colaborativa dos indivíduos. Sendo assim, os catadores de material reciclável, pelo fato de exercerem atividade remunerada, não se encaixaram neste critério. Considerou-se também a dificuldade de acesso a estes trabalhadores, em função de alguns trabalharem como catadores apenas nos finais de semana e outros não residirem no município de Lavras.

Portanto, dos 82 participantes, 3 fazem parte da ACAMAR (apenas os gestores), 32 fazem parte da ARPA Rio Grande (9 gestores e 23 associados), 12

fazem parte da Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III (3 gestores e 9 associados) e 35 fazem parte do CODEMA (presidente, vice-presidente e 33 conselheiros).

3.3 Instrumento

Realizou-se um *survey*, por meio de um questionário impresso, composto por 4 segmentos: 1) Escala de Comportamento Ecológico (ECE); 2) Escala de Crenças Ambientais (ECA); 3) Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40); 4) variáveis para o levantamento de dados sociodemográficos dos participantes.

3.3.1 Escala de Comportamento Ecológico (ECE)

A Escala de Comportamento Ecológico (ECE) visa medir comportamentos ecológicos a partir da percepção dos sujeitos, considerando-se uma medida útil e válida para a investigação de tais comportamentos no contexto socioambiental brasileiro (CAMPOS; POL, 2010; PATO; TAMAYO, 2006).

Para medir a frequência do comportamento, foi utilizada a escala tipo Likert de 6 pontos (1 = nunca; 2 = quase nunca; 3 = algumas vezes; 4 = muitas vezes; 5 = quase sempre; e 6 = sempre).

A escala foi utilizada tal como propõe a versão apresentada por Pato (2004), com 29 variáveis de comportamento ecológico, distribuídas em 4 fatores específicos: limpeza urbana, economia de água e energia, ativismo/consumo e reciclagem. Além disso, 5 variáveis de controle da desejabilidade social foram incluídas (“faço doações em dinheiro para uma ONG ambientalista”, “entrego papéis para a reciclagem”, “quando vejo alguém jogando papel na rua, pego e jogo na lixeira”, “evito comer alimentos transgênicos” e “entrego as pilhas usadas nos postos de coleta”), totalizando 34 variáveis.

3.3.2 Escala de Crenças Ambientais (ECA)

A Escala de Crenças Ambientais (ECA) foi utilizada em função de sua capacidade de identificar a estrutura do sistema de crenças ambientais dos brasileiros e de avaliar, conseqüentemente, uma possível dicotomia entre as crenças ecocêntricas e antropocêntricas (CAMPOS; POL, 2010).

Assim, o fator “crenças ecocêntricas” evidencia a concordância com algumas ações ambientais como, por exemplo, reciclagem ou consumo de produtos, associando-as a um impacto ambiental menor e ao esforço de preservação da natureza. Por outro lado, o fator “crenças antropocêntricas” evidencia a natureza como fonte inesgotável de recursos, utilizada pelo homem como um instrumento para se alcançar conforto e qualidade de vida.

Dessa forma, para evitar um viés¹⁶ nas respostas dos participantes - com uma possível influência nas respostas sobre os comportamentos ecológicos -, optou-se pela aplicação da Escala de Comportamento Ecológico antes da Escala de Crenças Ambientais (PATO, 2004).

A ECA possui 26 itens, distribuídos em dois fatores: crenças ecocêntricas (16 itens) e crenças antropocêntricas (10 itens). Para medir a frequência do grau de concordância dos participantes com relação às afirmativas, a ECA original conta com uma escala tipo Likert de 5 pontos (1=discordo totalmente; 2= discordo em parte; 3= não discordo nem concordo; 4= concordo em parte; 5= concordo totalmente).

Para fins de adequação desta escala às demais utilizadas no presente estudo, a ECA contou com uma escala tipo Likert de 6 pontos, sendo a nota 1 equivalente à discordância total com relação à afirmação, as notas 2 a 5

¹⁶ Esse viés pode adotar duas formas: uma é a tendência a responder de um modo socialmente aceitável. Em outras palavras, a pessoa tende a dar respostas que lhe confirmam uma boa imagem; a segunda diz respeito à necessidade de cada um apresentar a si mesmo como uma pessoa capaz e ajustada ao contexto (ROS; GOUVEIA, 2011).

equivalentes a um aumento da concordância com relação à afirmação, até a nota máxima 6, que significa concordância total.

3.3.3 Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40)

Com o objetivo de associar as prioridades axiológicas às demais variáveis em estudo, foi utilizada a escala de mensuração de valores, conhecida como *Portrait Values Questionnaire* (PVQ). Tal escolha justificou-se por sua aplicabilidade mais ampla, menor quantidade de itens e pela redação destes de forma menos abstrata que a encontrada no SVS (SAMBIASE et al., 2014).

Segundo Lombardi et al. (2010), o PVQ, mais conhecido no Brasil como PQ, foi a resposta de Schwartz à busca de um instrumento que contasse não apenas com uma menor quantidade de assertivas - facilitando sua aplicação em termos de custo e tempo -, mas que pudesse representar também a teoria de valores básicos que desenvolveu.

A versão atual do PVQ foi validada por meio de 14 amostras provenientes de sete países: Alemanha, Chile, Indonésia, Itália, Peru, Polônia e Ucrânia. É composto por itens que descrevem objetivos, aspirações ou desejos e que apontam, implicitamente, para a importância de um tipo motivacional em uma pessoa (SCHWARTZ, 2005a; TAMAYO; PORTO, 2009).

Dos 40 itens que compõem o PVQ, 6 estão relacionados ao tipo motivacional universalismo, 5 ao tipo motivacional segurança, 4 aos tipos motivacionais conformidade, tradição, benevolência, autodeterminação e realização e 3 aos tipos motivacionais estimulação, hedonismo e poder.

O PVQ tem como pergunta central “o quanto esta pessoa se parece com você?”. Desse modo, os participantes avaliaram seu grau de similaridade com as pessoas descritas nas frases através de uma escala tipo Likert de 6 pontos (1 = se parece muito comigo, 2 = se parece comigo, 3 = se parece mais ou menos

comigo, 4 = se parece pouco comigo, 5 = não se parece comigo e 6 = não se parece nada comigo).

3.3.4 Variáveis sociodemográficas

Ao final do questionário de pesquisa foram incluídas as seguintes variáveis para o levantamento de dados sociodemográficos dos participantes: sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda, tempo de participação em ações/projetos ambientais e participação em algum treinamento ambiental nos últimos dois anos. Tais variáveis foram utilizadas com o propósito de enriquecer as análises.

3.4 Procedimentos

Inicialmente, as instituições autorizaram por escrito a aplicação do questionário a seus integrantes. Em seguida, os participantes receberam um protocolo contendo informações sobre os objetivos da pesquisa e instruções gerais para o preenchimento do questionário, com a garantia de sigilo e anonimato das informações prestadas (APÊNDICE A).

Os questionários foram entregues diretamente aos participantes em local apropriado para aplicação e devolvidos, em seguida, à pesquisadora¹⁷.

3.5 Análise dos dados

O processo de tabulação, organização e análise dos dados foi feito através do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20.0.

Inicialmente, estatísticas descritivas foram realizadas para indicar a frequência e padrão de distribuição dos dados. Posteriormente, realizou-se uma análise de cada um dos segmentos utilizados no questionário (ECE, ECA, PVQ-40 e variáveis sociodemográficas).

¹⁷ A coleta dos dados ocorreu durante o mês de fevereiro de 2016.

Para a realização das análises foram definidos os conjuntos de itens, cujos desvios padrão representaram as variáveis-critério de pesquisa, quais sejam: Escala de Comportamento Ecológico (ECE), Escala de Crenças Ambientais (ECA) e Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40).

O Quadro 3 apresenta uma síntese dos procedimentos metodológicos utilizados para o atendimento dos objetivos propostos.

Quadro 3 - Síntese dos procedimentos metodológicos.

Problema de pesquisa: Como os indivíduos inseridos na temática do meio ambiente no município de Lavras valorizam as ações e atitudes de caráter ambiental?				
Objetivo geral: Analisar a percepção valorativa sobre crenças ambientais e comportamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.				
Objetivos específicos:	Tipo de pesquisa	Instrumento	Fonte de pesquisa	Técnicas de análise
a) Identificar a hierarquia de valores pessoais, crenças ambientais e comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;	Quantitativa	<i>Survey</i>	Indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras	Estatística Descritiva
b) Correlacionar as crenças ambientais e os comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;				
c) Correlacionar os valores pessoais e os comportamentos ecológicos dos indivíduos inseridos na temática ambiental;				
d) Investigar o nível de engajamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental.		Estatística multivariada		

Fonte: Elaboração própria

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não houve casos omissos nas escalas de valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico, uma vez que os questionários impressos foram entregues aos participantes diretamente pela pesquisadora que, posteriormente, verificou a existência de algum dado faltante e solicitou seu preenchimento imediato pelo respondente.

Na verificação da Escala de Comportamento Ecológico, os itens que apresentavam sentido negativo foram recodificados¹⁸. O mesmo procedimento foi realizado na Escala de Crenças Ambientais¹⁹. Por conseguinte, o Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40)²⁰ também foi recodificado para ficar na mesma direção das escalas ECE e ECA.

Nas variáveis sociodemográficas, as questões referentes à idade e tempo de participação em ações/projetos ambientais foram livremente preenchidas pelos participantes.

4.1 Caracterização do perfil dos pesquisados

Os resultados apontam, conforme a Tabela 1, que a maioria dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras é composta por homens (62,2%), com idade entre 31 e 40 anos (35,4%), casados (54,9%), com pós-graduação na especialidade doutorado (26,8%), renda individual acima de R\$8.000,00 (31,7%), participação em treinamento ambiental nos últimos 2 anos (54,9%) e tempo de participação em ações/projetos ambientais não superior a 10 anos (70,7%).

¹⁸ Itens: 1, 3, 6, 8, 12, 22, 30 e 31.

¹⁹ Itens: 2, 3, 5, 14, 16, 17, 18, 20, 22 e 25.

²⁰ Para ficar na mesma direção das escalas ECE e ECA, do sentido negativo para o positivo, as opções do PVQ-40 foram recodificadas para a seguinte sequência: “não se parece nada comigo”, “não se parece comigo”, “se parece pouco comigo”, “se parece mais ou menos comigo”, “se parece comigo”, “se parece muito comigo”.

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos participantes. (Continua)

Variável	Item	N	%
Sexo	Masculino	51	62,2
	Feminino	31	37,8
	Total	82	100,0
Faixa Etária	21 a 30 anos	12	14,6
	31 a 40 anos	29	35,4
	41 a 50 anos	21	25,6
	51 a 60 anos	14	17,1
	Acima de 60 anos	6	7,3
	Total	82	100,0
Estado Civil	Solteiro(a)	24	29,3
	Casado(a)	45	54,9
	Divorciado(a)	8	9,8
	Outro	5	6,0
	Total	82	100,0
Escolaridade	Ensino Fundamental	3	3,7
	Ensino Médio	5	6,0
	Ensino Superior	18	22,0
	Especialização	20	24,4
	Mestrado	14	17,1
	Doutorado	22	26,8
	Total	82	100,0
Renda	Até R\$1.000,00	5	6,1
	De R\$1.001,00 a R\$3.000,00	16	19,5
	De R\$3.001,00 a R\$5.000,00	18	22,0
	De R\$5.001,00 a R\$8.000,00	17	20,7
	Acima de R\$8.000,00	26	31,7
	Total	82	100,0
Tempo de participação em ações/projetos ambientais	0 a 10 anos	58	70,7
	11 a 20 anos	15	18,3
	21 a 30 anos	5	6,1
	31 a 40 anos	3	3,7
	Acima de 40 anos	1	1,2
	Total	82	100,0

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos participantes. (Conclusão)

Variável	Item	N	%
Treinamento ambiental nos últimos 2 anos	Sim	45	54,9
	Não	37	45,1
	Total	82	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 Análise dos comportamentos ecológicos

Na Escala de Comportamento Ecológico (ECE), os participantes indicaram a frequência com que determinadas situações acontecem em seu cotidiano. Nesse sentido, os comportamentos que apresentaram menor desvio padrão indicam que a importância de se realizar ou não determinado comportamento já foi assimilada por grande parte dos respondentes. Por outro lado, desvios padrão mais altos indicam uma tensão entre a incorporação das questões ambientais e a manifestação de comportamentos antiecológicos no cotidiano.

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva dos comportamentos ecológicos, com as respectivas médias e desvios padrão.

Tabela 2 - Estatística descritiva dos comportamentos ecológicos. (Continua)

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Guardo o papel que não quero mais no bolso, quando não encontro uma lixeira por perto	5,85	,419
Evito jogar papel no chão	5,90	,580
Quando não encontro lixeira por perto, joga latas vazias no chão	5,76	,794
Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não estão sendo usados	5,29	,809
Evito desperdício de energia	5,48	,906
Apago a luz quando saio de ambientes vazios	5,51	,959

Tabela 2 - Estatística descritiva dos comportamentos ecológicos. (Continuação)

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo	4,96	1,024
Ajudo a manter as ruas limpas	5,37	1,037
Enquanto escovo os dentes, deixo a torneira aberta	5,48	1,068
Economizo água quando possível	5,04	1,082
Colaboro com a preservação da cidade onde vivo	5,07	1,097
Evito desperdício dos recursos naturais	5,01	1,149
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	4,80	1,271
Quando tenho vontade de comer alguma coisa e não sei o que é, abro a geladeira e fico olhando o que tem dentro	4,59	1,286
Faço doações em dinheiro para uma ONG ambientalista	1,73	1,296
Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta muito tempo para não gastar energia	4,71	1,365
Evito ligar vários aparelhos elétricos ao mesmo tempo nos horários de maior consumo de energia	3,77	1,426
Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxicos	3,91	1,476
Evito comprar produtos que são feitos de plástico	3,11	1,507
Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira	4,41	1,547
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	3,66	1,557
Quando vejo alguém jogando papel na rua, pego e jogo na lixeira	3,50	1,581
Participo de atividades que cuidam do meio ambiente	4,05	1,609
Mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	3,82	1,729

Tabela 2 - Estatística descritiva dos comportamentos ecológicos. (Conclusão)

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente	3,80	1,739
Evito comer alimentos transgênicos	3,24	1,747
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	2,82	1,758
Entrego papéis para a reciclagem	4,27	1,771
Quando estou tomando banho, fecho a torneira para me ensaboar	3,20	1,882
Separo o lixo conforme o tipo	4,41	1,892
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	2,83	1,955
Entrego as pilhas usadas nos postos de coleta	4,04	1,959
Deixo a torneira aberta durante todo o tempo do banho	3,37	1,985
Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa	3,88	2,145

Fonte: Dados da pesquisa

Os fatores relacionados à limpeza urbana apresentaram menor dispersão, denotando comportamento mais homogêneo. Ou seja, não faz parte do cotidiano dos participantes jogar papel no chão, especialmente, quando não se encontra lixeira por perto. Ressalta-se também a colaboração destes com a manutenção das ruas limpas e com a preservação da cidade onde vivem.

Segundo a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, 20% dos brasileiros que afirmaram ter realizado alguma ação em prol do meio ambiente preferiram ações relacionadas ao lixo (43%), plantio de árvores (20%) e esforço coletivo para limpeza de praças, córregos e outras áreas (16%) (BRASIL, 2012).

Em contrapartida, fatores relacionados à reciclagem, como separar o lixo conforme o tipo e providenciar uma lixeira específica para cada tipo de lixo

apresentaram uma dispersão alta, ou melhor, é grande a variação na realização de tais comportamentos pelos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras. Tal constatação assemelha-se aos resultados da pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, na qual a maioria da população brasileira (52%) afirmou não separar o lixo (BRASIL, 2012).

De modo geral, os brasileiros ainda possuem hábitos considerados prejudiciais ao meio ambiente, sobretudo, no que diz respeito ao descarte incorreto de vários itens. No entanto, políticas voltadas para o descarte de resíduos sólidos, como, por exemplo, a campanha que buscou reduzir o consumo de sacolas plásticas, ecoaram positivamente junto à população (BRASIL, 2012).

Fatores relacionados à economia de água e energia, como, por exemplo, não deixar luzes acesas em ambientes vazios, desligar a televisão quando ninguém estiver assistindo e evitar o desperdício de energia propriamente dito, foram assimilados como importantes pelos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras, apresentando uma baixa dispersão. Contudo, a dispersão é alta quando se trata de deixar a torneira aberta durante todo o tempo do banho.

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” destaca que são altos os percentuais de facilidade de adoção de práticas conscientes de consumo, chegando a 96% o item “apagar as luzes quando não utilizadas”, 94% o item “fechar torneiras quando não utilizadas” e 87% o item “não deixar TV ligada quando não utilizada”. Mesmo sendo difícil afirmar que todos efetivamente o façam, o fato de ter a consciência de que é um hábito facilmente exequível demonstra que isso faz parte de um valor compartilhado pela quase totalidade do grupo (BRASIL, 2012).

Segundo Pato (2005), os fatores relacionados à limpeza urbana e à economia de água e energia são considerados mais simples de serem executados, pois envolvem menor esforço para sua realização e dependem basicamente do

indivíduo. Desse modo, encontram-se presentes no cotidiano da maioria dos brasileiros.

Um fato curioso diz respeito ao fator ativismo. A opção “faço trabalho voluntário para um grupo ambiental” apresentou uma dispersão alta, sinalizando uma grande variação nas respostas entre os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras. Tal fato pode estar associado a uma noção equivocada do que seja trabalho voluntário ou, até mesmo, a uma falta de consciência do sujeito como parte de um complexo instrumento de transformação social.

Geralmente, as pessoas associam trabalho voluntário a ajudar idosos, crianças carentes, enfermos, enfim, pessoas consideradas excluídas da sociedade. Dessa forma, não enxergam o meio ambiente como um objeto de proteção efetiva das próprias necessidades humanas. As pessoas o enxergam como uma coisa pública, um bem qualquer sujeito à utilização e sob os cuidados do poder público, não se sentindo, contudo, responsáveis efetivos por aquele bem que é de todos.

Nesse sentido, a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta que os brasileiros reconhecem a resolução dos problemas ambientais como de responsabilidade dos Governos Estadual (61%), Municipal (54%) e Federal (48%). A responsabilidade atribuída a “cada um de nós” e “às comunidades locais” também apresentou uma evolução ao longo dos anos (BRASIL, 2012).

Embora a “comunidade/associação de moradores” tenha recebido nas duas últimas edições da pesquisa avaliações negativas no que diz respeito à sua atuação em prol do meio ambiente, os brasileiros demonstram acreditar na potencialidade da ação local coletiva, apontando, em 2012, a mobilização da população do bairro como a melhor alternativa para demandar a solução de problemas ambientais (29%) (BRASIL, 2012).

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” ressalta, porém, uma contradição entre as intenções e disposição das pessoas em agir em prol do meio ambiente e seu engajamento e participação em atividades voltadas para essa causa. Os dados apontam que as organizações voltadas para o meio ambiente ainda são pouco expressivas, com níveis de participação baixíssimos, chegando a 1% no que diz respeito à filiação a instituições e organizações. No tópico referente à participação nos últimos 12 meses em atividades na(s) entidade(s) à(s) qual(is) é filiado, o percentual chegou a 2% (BRASIL, 2012).

Com relação ao consumo, os resultados do presente estudo apontaram grande variação de respostas no que diz respeito à compra de produtos feitos de plástico, compra e ingestão de alimentos que contenham conservantes ou agrotóxicos e uso de produtos fabricados por empresas que poluem o meio ambiente. Apesar de estarem inseridos na temática ambiental do município de Lavras, a incorporação do consumo consciente no cotidiano dos participantes ainda é baixa.

Tais resultados equiparam-se à pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, cujos números apontam para o desconhecimento do conceito “consumo sustentável” (dois terços dos respondentes). Dentre aqueles que manifestaram conhecimento, a opção “consumir produtos que não agridem o meio ambiente e a saúde humana” foi a mais indicada. Quanto aos hábitos de consumo, apenas 2% dos que leem rótulos/embalagens disseram procurar informações a respeito de o produto ser reciclável²¹ (BRASIL, 2012).

²¹ O termo “consumo sustentável” utilizado na pesquisa de opinião pode ser equiparado, no presente estudo, ao termo “consumo consciente”, pois os resultados apresentados referem-se à mudança de postura do indivíduo como consumidor. O consumo sustentável abrange desde a produção até o descarte dos resíduos.

Por conseguinte, os itens referentes à desejabilidade social traduzem comportamentos atípicos e improváveis de estarem presentes no cotidiano dos cidadãos comuns. Tal observação é confirmada na grande variação de respostas dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras à opção “entrego as pilhas usadas nos postos de coleta”, bem como à sua pouca disposição em fazer doações em dinheiro para uma ONG ambientalista.

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta também a existência de comportamentos variados quanto à forma de descarte de produtos. O descarte incorreto de pilhas e baterias via lixo da própria residência aparece como uma das formas mais utilizadas pelos brasileiros (58%). Por outro lado, os resultados apontam um aumento no número de brasileiros dispostos a contribuir com dinheiro para a proteção de biomas ameaçados, como a Amazônia (38%, em 2006 e 51%, em 2012), Mata Atlântica (18%, em 2006 e 19%, em 2012), Caatinga e Pantanal (BRASIL, 2012).

É válido ressaltar que alguns comportamentos, como a separação do lixo conforme o tipo e a entrega de pilhas usadas nos postos de coleta, não dependem somente dos indivíduos. Os incentivos (ou a ausência deles) influenciam na mudança de padrões de hábitos antigos e, conseqüentemente, na adoção de certas práticas. Assim, a separação do lixo conforme o tipo depende de um sistema adequado de coleta, do mesmo modo que a entrega de pilhas usadas em postos de coleta depende de um sistema de logística reversa para coleta e descarte dos produtos.

Segundo Pato (2005), comportamentos de ativismo/consumo e reciclagem envolvem, além de um esforço maior para sua realização, níveis de informação e consciência mais elevados. Para que possam se manifestar, tais comportamentos dependem de outras pessoas, de estrutura e, muitas vezes, de

organizações. Sendo assim, são considerados mais complexos e mais raros de se observar.

A seguir, a Tabela 3 apresenta as médias e desvios padrão das respostas agrupadas segundo os quatro fatores de comportamento ecológico.

Tabela 3 - Estatística descritiva dos fatores (ECE).

Fatores	Média	Desvio Padrão
Limpeza urbana	5,5902	,42502
Economia de água e energia	4,6991	,78757
Ativismo/Consumo	3,6451	1,09007
Reciclagem	4,2357	1,58104

Fonte: Dados da pesquisa

O agrupamento por fatores confirma a análise de que os itens relacionados à limpeza urbana e economia de água e energia são mais facilmente assimilados, ao passo que comportamentos voltados para o ativismo/consumo e reciclagem ainda não foram incorporados de forma satisfatória no cotidiano dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.

4.2.1 Influência da desejabilidade social (DS)

Segundo Hair et al. (2005), as variáveis estão associadas quando exibem covariação, ou seja, quando uma variável coerente e sistematicamente muda em relação à outra. Assim sendo, um coeficiente de correlação mede o grau de covariação entre duas variáveis.

Os coeficientes podem ser positivos ou negativos, dependendo da relação entre as variáveis. Nesse sentido, quanto maior o coeficiente de correlação, mais forte a ligação ou o nível de associação entre duas variáveis. Se há um coeficiente de correlação positivo entre X e Y, os aumentos no valor de X estarão associados aos aumentos no valor de Y e vice-versa. Por outro lado, se há um coeficiente de correlação negativo, quando o valor de X aumenta, os

valores de Y diminuem. Ou seja, os valores de X e Y mudam na direção oposta (HAIR et al., 2005).

A correlação de Pearson mensura a associação linear entre duas variáveis. O número que representa esta correlação é chamado de coeficiente de correlação e varia de -1,00 a +1,00, com o zero não representando absolutamente nenhuma associação entre as duas variáveis métricas. Embora -1,00 ou +1,00 seja possível e represente uma associação perfeita entre as duas variáveis, essa forma raramente acontece (HAIR et al., 2005).

Para avaliar a influência da deseabilidade social sobre as respostas dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras, realizou-se a análise de correlação desta variável com os fatores de comportamento ecológico (limpeza urbana, economia de água e energia, ativismo/consumo e reciclagem).

A Tabela 4 apresenta o coeficiente de correlação de Pearson como resultado desta associação.

Tabela 4 - Correlação de Pearson entre deseabilidade social e fatores de comportamento ecológico.

	Ativismo/ Consumo	Economia de água e energia	Limpeza urbana	Reciclagem	DS
Ativismo/Consumo		,354**	,321**	,497**	,713**
Economia de água e energia			,319**	,313**	,392**
Limpeza urbana				,372**	,355**
Reciclagem					,701**

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa

A análise de correlação de Pearson sugere a influência da deseabilidade social nas respostas dos participantes, em especial, nas questões relacionadas ao ativismo/consumo e reciclagem, cujos coeficientes foram mais altos.

Ao examinar o coeficiente de correlação, é possível elevá-lo ao quadrado para obter o coeficiente de determinação ou R^2 . Nesse sentido, o coeficiente de determinação varia de 0,00 a 1,0 e representa a quantidade de variação explicada em uma variável por uma ou mais das outras variáveis. Assim como no coeficiente de correlação, quanto maior o coeficiente de determinação, mais forte a relação entre as variáveis que estão sendo examinadas (HAIR et al., 2005).

Desse modo, a correlação entre a deseabilidade social e o fator ativismo/consumo apresenta o coeficiente de correlação de 0,713. Isso significa que R^2 é 0,508, indicando possibilidade de influência da deseabilidade social em 50,8% das respostas relacionadas ao ativismo/consumo e, do mesmo modo, em 49% das questões relacionadas à reciclagem (cujo $R^2 = 0,491$).

A Tabela 5 apresenta, em ordem decrescente, a sequência dos comportamentos que apresentaram o maior nível de associação com a deseabilidade social.

Tabela 5 - Influência da deseabilidade social nos comportamentos ecológicos.

Itens	DS
Separo o lixo conforme o tipo	,687**
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	,591**
Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira	,570**
Participo de atividades que cuidam do meio ambiente	,555**
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	,553**
Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa	,531**

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa

Assim sendo, os comportamentos que apresentaram maior nível de associação com a deseabilidade social pertencem aos fatores ativismo/consumo e reciclagem.

4.3 Análise das crenças ambientais

Na Escala de Crenças Ambientais (ECA), os participantes manifestaram seu grau de concordância, atribuindo notas para afirmações a respeito do meio ambiente. Nesse sentido, as afirmações que apresentaram menor desvio padrão indicam um posicionamento semelhante entre os participantes, ao passo que desvios padrão mais altos indicam posicionamentos divergentes acerca das questões ambientais.

A Tabela 6 apresenta a estatística descritiva das crenças ambientais, com as respectivas médias e desvios padrão.

Tabela 6 - Estatística descritiva das crenças ambientais. (Continua)

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Evitar desperdícios dos recursos naturais deve ser um compromisso de todos nós brasileiros	5,93	,409
O lixo é responsabilidade apenas do órgão de limpeza urbana	5,82	,687
Os homens estão abusando do meio ambiente	5,46	,863
É possível manter o equilíbrio ecológico e ter uma boa qualidade de vida	5,56	,957
Separar o lixo conforme o tipo ajuda na preservação do meio ambiente	5,60	,980
A reciclagem contribui para a diminuição dos problemas ambientais gerados pelo uso abusivo de papéis	5,50	1,009
O equilíbrio da natureza é forte o suficiente para se ajustar aos impactos das nações industriais modernas	5,33	1,089

Tabela 6 - Estatística descritiva das crenças ambientais. (Continuação)

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Alimentos produzidos organicamente são melhores para a saúde humana	5,48	1,157
Evitar a compra de produtos poluentes faz com que as empresas se preocupem mais com o meio ambiente	5,02	1,186
As pessoas deveriam boicotar as empresas que poluem o meio ambiente para exigir produtos ecologicamente corretos	5,11	1,186
A luta dos ambientalistas ajuda a melhorar a nossa qualidade de vida	4,95	1,196
O governo deveria se preocupar mais com os problemas sociais do que com os ambientais	4,82	1,229
O consumismo agrava os problemas ambientais	5,34	1,229
Se existissem mais campanhas esclarecendo a população sobre os problemas ambientais, a situação brasileira estaria melhor	4,80	1,271
A interferência dos seres humanos na natureza produz consequências desastrosas	4,72	1,327
Reciclar latas de alumínio é uma fonte de economia para as indústrias	5,17	1,332
O Brasil é um país com muitas riquezas naturais e é impossível que essas riquezas acabem apenas pelas ações humanas	5,41	1,351
Usar muito papel causa problemas sérios, mas eu não posso fazer nada sobre isso	4,65	1,417
O homem é o responsável pelo desequilíbrio na natureza	4,82	1,433
A natureza tem uma capacidade inesgotável de se recuperar dos danos provocados pelas ações humanas	5,06	1,460
Se as coisas continuarem como estão, vivenciaremos em breve uma catástrofe ecológica	4,74	1,514
Os problemas ambientais são consequência da vida moderna	4,02	1,547
A nossa qualidade de vida depende dos bens de consumo que possuímos	4,27	1,548
Os recursos naturais estão aí para servir ao homem	4,09	1,581
Os ecologistas estão preocupados demais com as plantas e os animais e se esquecem das pessoas	4,24	1,584
As pessoas exageram os problemas ambientais provocados pelo uso do automóvel	4,23	1,709

Fonte: Dados da pesquisa

A estatística descritiva das crenças ambientais demonstra que os indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras reconhecem, de forma geral, a importância de se proteger, preservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais.

Nesse sentido, foram unânimes em concordar que “evitar desperdícios dos recursos naturais deve ser um compromisso de todos nós brasileiros”. Tal comprovação assemelha-se aos resultados da pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, que apontam a importância do “cuidado/proteção” do meio ambiente para quase 100% da população, com destaque para a concepção de que este cuidado é necessário à nossa sobrevivência (65%) e a um futuro melhor para a humanidade (15%) (BRASIL, 2012).

Além disso, a pesquisa de opinião destaca que o meio ambiente já é identificado pelos brasileiros como o 6º maior problema do Brasil, ressaltando essa percepção como uma tendência recente, reflexo da crescente conscientização da população no que diz respeito à degradação dos recursos naturais. Nas edições anteriores, o tema não figurava entre os 10 problemas mais citados (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras reconheceram a importância do fator reciclagem para a preservação do meio ambiente, posicionando-se de forma semelhante no que diz respeito à separação do lixo conforme o tipo e à contribuição da reciclagem para a redução dos problemas ambientais gerados pelo uso abusivo de papéis. Ressalta-se que a discordância foi unânime com relação à afirmativa “o lixo é responsabilidade apenas do órgão de limpeza urbana”.

Todavia, o reconhecimento da importância da reciclagem para a preservação do meio ambiente pelos participantes demonstra a contradição entre a sua consciência ambiental e a incorporação desse tipo de comportamento em

seu cotidiano (considerada insatisfatória na análise dos comportamentos ecológicos).

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta que a disposição para separar o lixo vem aumentando significativamente desde 2001, chegando a 86% em 2012. Na prática, os brasileiros ainda apresentam hábitos predatórios ao meio ambiente e à própria qualidade de vida, porém, estão mais conscientes dos problemas e mais dispostos a agir de forma proativa. Políticas como a Nacional de Resíduos Sólidos e campanhas como “Saco é um Saco” já repercutem em seus questionamentos e hábitos (BRASIL, 2012).

Ademais, os resultados do presente estudo apontam que os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras mostraram-se conscientes com relação à responsabilidade do progresso econômico e das ações humanas na destruição dos recursos naturais. Nesse sentido, a maioria discordou das afirmações “o equilíbrio da natureza é forte o suficiente para se ajustar aos impactos das nações industriais modernas”, “o Brasil é um país com muitas riquezas naturais e é impossível que essas riquezas acabem apenas pelas ações humanas” e “a natureza tem uma capacidade inesgotável de se recuperar dos danos provocados pelas ações humanas”

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta, no mesmo sentido, a discordância da maioria da população com as afirmações “o Brasil tem uma natureza tão rica que não precisa controlar a exploração de seus recursos naturais”, “a preocupação com o meio ambiente no Brasil é exagerada” e “o conforto do progresso importa mais que preservar a natureza” (BRASIL, 2012).

Por outro lado, os resultados do presente estudo destacam que as afirmações que apresentaram dispersões altas - ou seja, grande variação nas respostas - estão relacionadas às crenças antropocêntricas, como por exemplo, “a

nossa qualidade de vida depende dos bens de consumo que possuímos” e “os recursos naturais estão aí para servir ao homem”. Uma exceção, neste caso, diz respeito à afirmação “os problemas ambientais são consequência da vida moderna” que, relacionada às crenças ecocêntricas, apresentou grande variação nas respostas.

Desse modo, os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras apresentam, em alguns momentos, comportamentos variados e distintos, que se dividem em manifestações de uma visão mais ampla e de uma visão restrita, em especial, no que diz respeito aos problemas decorrentes da expansão de riquezas, do acúmulo de bens de consumo e, conseqüentemente, do seu descarte, que ocorrem mediante exploração acelerada dos recursos naturais, geração de lixo em grandes quantidades, dentre outros problemas ambientais.

No tocante à percepção dos brasileiros sobre a necessidade de itens de consumo, a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” destaca o grande vínculo material indicado pelos altos percentuais das opções necessário e imprescindível. A soma das duas opções aponta percentuais elevados para televisão (92%), celular/smartphone (86%), rádio/aparelho de som (82%), carro/moto (74%) e computador/notebook/tablet (69%) (BRASIL, 2012).

Na seqüência, as afirmações “os ecologistas estão preocupados demais com as plantas e os animais e se esquecem das pessoas” e “as pessoas exageram os problemas ambientais provocados pelo uso do automóvel” destacam-se, dentre as crenças antropocêntricas, como a maior variação nas respostas entre os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras. Esse posicionamento divergente ressalta que, apesar de estarem inseridos na temática do meio ambiente, os participantes apresentam, em alguns momentos, visão utilitária da natureza e posição contrária aos movimentos ambientalistas.

Conforme a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, entidades ecológicas são bem avaliadas pela população brasileira quanto à sua atuação em prol do meio ambiente, porém, a simpatia com relação ao trabalho que desenvolvem não cresceu ao longo das pesquisas (1997 a 2012). Com relação às necessidades de deslocamento e intenções de consumo, o brasileiro mostra-se envolvido com o consumo de carros, contudo, a aceitação de opções que adotam o transporte coletivo e o uso de bicicletas é alta (BRASIL, 2012).

Segundo Corral-Verdugo (2001), o fato de se sentir parte integrante da natureza não impede o sujeito de realizar um comportamento contrário a essa tendência, especialmente, se for movido pela dificuldade de ação. Por outro lado, Thompson e Barton (1994) afirmam que ambas as crenças – ecocêntricas e antropocêntricas – demonstram preocupação com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais, o que as difere são os motivos pelos quais buscam essa preservação. Desse modo, ambas podem coexistir em um mesmo sujeito.

A Tabela 7 apresenta as médias e desvios padrão das respostas agrupadas segundo os dois fatores de crenças ambientais.

Tabela 7 - Estatística descritiva dos fatores (ECA).

Fatores	Média	Desvio Padrão
Crenças Ecocêntricas	5,1411	,59774
Crenças Antropocêntricas	4,7915	,74522

Fonte: Dados da pesquisa

O agrupamento por fatores destaca o predomínio das crenças ecocêntricas, ressaltando, de forma geral, a disposição dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras em agir ou se comportar de maneira ecologicamente sustentável.

O fato de pertencer a uma instituição cuja missão é cuidar do meio ambiente parece induzir os participantes a demonstrar maior predisposição para comportamentos pró-ambientais, como, por exemplo, acreditar que a natureza deva ser preservada em detrimento das necessidades do ser humano. Contudo, em algumas situações, o meio ambiente ainda é utilizado como instrumento para se conseguir conforto e qualidade de vida.

4.3.1 Relação entre crenças ambientais e comportamento ecológico

Para testar a hipótese de que há correlação significativa entre as crenças ambientais e os comportamentos ecológicos, foi realizada uma análise de correlação de Pearson entre os fatores crenças ecocêntricas e antropocêntricas e as situações descritas na Escala de Comportamento Ecológico (ECE).

A Tabela 8 apresenta o coeficiente de correlação de Pearson entre as crenças ambientais e a ECE.

Tabela 8 - Correlação de Pearson entre crenças ambientais e comportamentos ecológicos

Comportamentos	Crenças Ecocêntricas	Crenças Antropocêntricas
Enquanto escovo os dentes, deixo a torneira aberta		,219*
Quando vejo alguém jogando papel na rua, pego e jogo na lixeira	,241*	
Quando não encontro lixeira por perto, jogo latas vazias no chão	,257*	,236*
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	,237*	
Mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	,318**	

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa

As crenças ecocêntricas apresentaram correlação significativa com comportamentos ecológicos relacionados ao fator ativismo/consumo (“participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente” e “mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos”). Ademais, apresentaram correlação significativa com um comportamento pertencente à deseabilidade social (“quando vejo alguém jogando papel na rua, pego e joga na lixeira”).

Tais correlações evidenciam a consonância das crenças ecocêntricas com ações favoráveis ao meio ambiente, associando-as à possibilidade de um impacto ambiental menor e ao esforço de preservação da natureza. Logo, aqueles que manifestam crenças ecocêntricas tendem a se envolver mais em comportamentos ativistas e, conseqüentemente, em comportamentos pró-ambientais incomuns no cotidiano dos indivíduos (PATO, 2004).

Por outro lado, as crenças antropocêntricas apresentaram correlação significativa com o fator economia de água e energia (“enquanto escovo os dentes, deixo a torneira aberta). Ou seja, aqueles que percebem homem e natureza como elementos distintos tendem a apresentar comportamentos contrários à preservação ambiental, especialmente, com aqueles mais básicos e normativos, como o desperdício de água e energia.

Sendo assim, pessoas que se sentem parte de um sistema mais amplo - no qual homem e meio ambiente estão integrados - são aquelas que se mostrarão mais ecológicas e, particularmente, procurarão fazer uso racional da água e energia, de maneira a evitar sua escassez.

Ambas as crenças – ecocêntricas e antropocêntricas – apresentaram correlação significativa com o fator limpeza urbana (“quando não encontro lixeira por perto, joga latas vazias no chão”). Correlação esta que ressalta novamente a natureza contraditória das crenças antropocêntricas com

comportamentos mais básicos e normativos, desta vez, associados à limpeza urbana.

Segundo Pato (2004), aqueles que acreditam na capacidade inesgotável de recuperação da natureza e na sua exploração para benefício do ser humano dificilmente se preocuparão com a limpeza da cidade onde vivem ou buscarão reduzir o consumo de água e energia em seu cotidiano.

De outro modo, não faz parte do dia a dia daqueles que manifestam crenças ecocêntricas jogar latas vazias no chão, em especial, quando não encontram lixeira por perto.

4.4 Análise da hierarquia de valores

No Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40), os participantes avaliaram seu grau de similaridade com as pessoas descritas nas frases. Tal avaliação resultou em um conjunto de valores com diferentes graus de importância. Nesse sentido, os valores que apresentaram menor desvio padrão indicam uma maior identificação dos participantes com as descrições, ao passo que desvios padrão mais altos indicam maior variação na identificação com as descrições e, conseqüentemente, nos conjuntos individuais de valores.

A Tabela 9 apresenta a hierarquia dos 10 tipos motivacionais dos participantes, com as respectivas médias e desvios padrão.

Tabela 9 - Hierarquia dos tipos motivacionais.

Hierarquia (Tipos Motivacionais)	Média	Desvio Padrão
Universalismo	5,3127	,55071
Benevolência	5,2012	,61040
Autodeterminação	5,0915	,71310
Segurança	5,0244	,74925
Conformidade	4,7256	,86210
Poder	2,6427	,92023
Tradição	4,0610	,92175
Realização	3,1860	,94511
Estimulação	4,1668	1,14914
Hedonismo	4,1265	1,20444

Fonte: Dados da pesquisa

Os indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras assumiram, em primeiro lugar, uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional universalismo, que envolve um conjunto importante de valores para a compreensão dos comportamentos em relação ao meio ambiente (tolerância, justiça social, igualdade, proteção do meio ambiente).

Nesse sentido, o universalismo é compatível tanto com os comportamentos ecológicos quanto com as crenças ecocêntricas, pressupondo preocupação com a preservação do meio ambiente e percepção do ser humano e de outras formas de vida como um todo integrado (PATO, 2004).

Em segundo lugar, assumiram uma orientação voltada para o tipo motivacional benevolência que, juntamente com o universalismo, apresenta em comum a preocupação com o bem-estar do outro. No entanto, a benevolência está mais restrita ao grupo a que o indivíduo faz parte, com o objetivo de preservar e fortalecer o bem-estar daqueles com quem o contato pessoal é mais frequente (SCHWARTZ, 2011).

Nesse sentido, evitar a compra de produtos poluentes pode apresentar uma relação estreita com a preocupação com a saúde da família, assim como boicotar empresas poluentes pode indicar a preocupação com a qualidade de vida da comunidade à qual pertencem essas pessoas (PATO, 2004).

A benevolência - assim como o universalismo - integra o polo de ordem superior autotranscendência, cujos valores enfatizam o bem-estar coletivo e a aceitação do outro como igual. Desse modo, mostra-se também compatível com os comportamentos ecológicos e com as crenças ecocêntricas (PATO, 2004).

Na sequência, o tipo motivacional autodeterminação - cuja definição relaciona-se às pessoas criativas, curiosas e inovadoras - surge como um dos tipos motivacionais com maior identificação entre os participantes. A autodeterminação faz parte do polo de ordem superior abertura à mudança.

Assim sendo, os polos autotranscendência e abertura à mudança compartilham, simultaneamente, metas de interesse individual e coletivo, ao buscarem o bem-estar do próximo e da sociedade como um todo e favorecer a mudança do *status quo* por meio de novidades e desafios (PATO, 2004; SCHWARTZ, 2011).

As metas do tipo motivacional autodeterminação (associadas à autonomia e à independência de pensamento e ação) podem exercer influência sobre o comportamento de ativismo/consumo. Segundo Pato (2004), esse tipo de comportamento pode sofrer influência indireta dos valores que, mediados pelas crenças ambientais, predisõem os indivíduos a agirem ou não de maneira ecológica.

Os tipos motivacionais segurança e conformidade, que apresentam em comum a proteção da ordem e a harmonia das relações, surgiram, na sequência, na hierarquia dos participantes. Tais tipos fazem parte do polo de ordem superior conservação. Logo, pessoas que valorizam a proteção da estabilidade e a preservação de costumes e tradições tendem a acreditar que é importante

preservar a natureza e a manifestar comportamentos ecológicos (PATO, 2004; TEIXEIRA; MONTEIRO, 2008).

Segundo Pato (2004), os valores do polo de ordem superior conservação e do tipo motivacional autodeterminação são opostos e conflitantes entre si. Um expressa a busca de segurança e manutenção dos costumes e tradições, ao passo que o outro expressa criatividade, independência e autonomia.

Por conseguinte, destaca-se o tipo motivacional poder, que abrange valores que enfatizam *status* social e prestígio, controle ou domínio sobre as pessoas e os recursos. Seu foco no interesse pessoal é contraditório com os princípios postulados pelos comportamentos ecológicos e crenças ecocêntricas (PATO, 2004).

Em outras palavras, aqueles que acreditam na exploração da natureza para o benefício do ser humano e na sua capacidade inesgotável de recuperação dificilmente se preocuparão com a limpeza da cidade onde vivem ou buscarão reduzir o consumo de água e energia em seu cotidiano (PATO, 2004).

Isto pode explicar, segundo Pato (2004), o fato de algumas pessoas, na época do racionamento de energia ocorrido no Brasil em 2002, mencionarem não se preocupar com o corte do fornecimento de energia ou com a possibilidade do recebimento de multas pelo excesso de consumo. Tais pessoas alegavam ter dinheiro para pagar ou, até mesmo, que pagavam suas contas e, sendo assim, tinham direito de gastar energia sem se preocupar com a escassez do recurso.

Todavia, ainda que priorize valores de poder, uma pessoa poderá manifestar comportamentos ecológicos. Suas ações poderão representar um impacto menos prejudicial ao meio ambiente quando houver, por exemplo, possibilidade de redução de custos, recebimento de bônus ou recompensa para sua realização ou, até mesmo, se tal ação representar o prestígio de ter sua imagem associada à de alguém que está sintonizado com as demandas de seu tempo ou da sociedade (PATO, 2004).

Na sequência, o tipo motivacional tradição (que integra o polo de ordem superior conservação) surge na hierarquia dos participantes e apresenta como definição o respeito, compromisso, aceitação dos costumes e ideias oferecidos pela cultura tradicional e/ou religião (SCHWARTZ, 2011).

Isto posto, a hierarquia dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras parece não fazer sentido, ao mesclar, na sua sequência, interesses individuais e coletivos. No entanto, as especificidades manifestadas pelos comportamentos ecológicos podem explicar as maneiras distintas com que os valores e as crenças ambientais se relacionam com cada um deles.

Nesse sentido, uma pessoa pode manifestar-se ecologicamente em um aspecto e não necessariamente em outro, pressupondo diversas possibilidades de relação com os valores e as crenças ambientais. Assim, apresentar comportamentos normativos e aceitos socialmente – como os que integram o tipo motivacional tradição –, em especial, os que se manifestam em espaços públicos e de uso coletivo (como jogar o lixo na lixeira quando estiver caminhando na rua, por exemplo) não faz com que uma pessoa apresente comportamentos ecológicos considerados mais difíceis de realizar, como, por exemplo, participar de um mutirão de limpeza no seu bairro (PATO, 2004).

Por fim, os tipos motivacionais realização (inserido no polo de ordem superior autopromoção), estimulação (inserido no polo de ordem superior abertura à mudança) e hedonismo (inserido tanto em autopromoção quanto em abertura à mudança) encerram a hierarquia dos tipos motivacionais dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras.

Os três tipos motivacionais atendem primariamente a interesses individuais. Realização e hedonismo centram-se na satisfação pessoal. Hedonismo e estimulação implicam desejo do despertar afetivo (TEIXEIRA; MONTEIRO, 2008).

4.4.1 Relação entre valores e comportamento ecológico

Para testar a hipótese de que há correlação significativa entre os valores e os fatores de comportamento ecológico, foi realizada uma análise de correlação de Pearson entre os 10 tipos motivacionais de Schwartz (1992) e os fatores de comportamento ecológico (ativismo/consumo; economia de água e energia; limpeza urbana; reciclagem).

A Tabela 10 apresenta o coeficiente de correlação de Pearson entre os tipos motivacionais e os fatores de comportamento ecológico.

Tabela 10 - Correlação de Pearson entre tipos motivacionais e fatores de comportamento ecológico.

	Ativismo/Consumo	Economia de água e energia	Limpeza urbana	Reciclagem
Universalismo	,246*	,174	,361**	,157
Benevolência	,043	,198	,391**	,099
Autodeterminação	,025	,022	,174	,052
Segurança	,170	,277*	,277*	,235*
Conformidade	-,044	,261*	,269*	,084
Poder	-,151	-,281*	-,255*	-,123
Tradição	,245*	,242*	,151	,291**
Realização	-,170	-,244*	-,258*	-,160
Estimulação	-,042	-,045	,027	-,018
Hedonismo	-,181	-,089	-,089	-,129

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa

O tipo motivacional universalismo apresentou correlação significativa com os comportamentos de ativismo/consumo e limpeza urbana, reforçando o argumento de que os valores mais próximos da temática ambiental apresentam

uma relação mais próxima com os comportamentos ecológicos, expressando uma relação direta entre essas duas variáveis.

Assim, o fato de estarem inseridos na temática ambiental do município de Lavras pode ter contribuído para o surgimento do tipo motivacional universalismo como o mais frequente entre os participantes, que reconhecem, de forma geral, a importância de se preservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e se mostram dispostos a utilizá-los também desta forma.

O tipo motivacional benevolência apresentou correlação significativa com os comportamentos de limpeza urbana. Esse comportamento ecológico de autotranscendência foi observado nos participantes, em especial, no resultados satisfatórios com relação à limpeza urbana, que incluem a manutenção das ruas limpas e a colaboração com preservação da cidade onde vivem.

As metas do tipo motivacional autodeterminação podem exercer influência sobre o comportamento de ativismo/consumo. No entanto, esse tipo motivacional não apresentou correlação significativa com nenhum dos fatores de comportamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras.

Por conseguinte, o tipo motivacional segurança apresentou correlação significativa com os comportamentos de economia de água e energia, limpeza urbana e reciclagem, ao passo que conformidade apresentou correlação significativa com os comportamentos de economia de água e energia e limpeza urbana.

Tais correlações comprovam, no caso dos participantes, que aqueles que enfatizam proteger a ordem e a harmonia das relações (compatibilidade entre conformidade e segurança) tendem a acreditar que é importante preservar a natureza e manifestar comportamentos ecológicos.

Na sequência, o tipo motivacional poder apresentou correlação negativa significativa com os comportamentos de economia de água e energia e limpeza

urbana. Os valores de poder são incompatíveis, em especial, com os comportamentos que tratam do uso racional e controlado de recursos naturais, como a economia de água e energia.

Assim, ao considerar que as pessoas que priorizam o poder na vida assumem, provavelmente, uma postura de controle sobre os outros – seja sobre seres humanos ou recursos naturais -, tais pessoas tendem a ter uma preocupação menor com o fato, por exemplo, de a água não ser considerada um recurso renovável e estar se esgotando em função das constantes agressões decorrentes do assoreamento, poluição, aumento populacional, dentre outros (PATO, 2004).

Tal afirmação pode explicar o fato de grande parte dos participantes afirmar e negar, respectivamente, as seguintes situações: “deixo a torneira aberta durante todo o tempo do banho” e “quando estou tomando banho, fecho a torneira para me ensaboar”.

O tipo motivacional tradição apresentou correlação significativa com os comportamentos de ativismo/consumo, economia de água e energia e reciclagem. No caso dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras esta afirmação pode explicar a necessidade de melhoria em determinados comportamentos de ativismo/consumo e reciclagem, como “participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente” e “providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa”, assim como nos comportamentos de economia de água e energia mencionados acima.

O tipo motivacional realização apresentou, da mesma forma que o poder, correlação negativa significativa com os comportamentos de economia de água e energia e limpeza urbana. O polo de autopromoção, que envolve os dois tipos, traz subjacente a ênfase na superioridade e na estima social. Logo, sua meta motivacional reflete um conflito com a visão ambientalista da relação homem-meio ambiente, indicando uma relação negativa com os comportamentos ecológicos (PATO, 2004).

Por último, os tipos motivacionais estimulação e hedonismo não apresentaram correlação significativa com nenhum dos fatores de comportamento ecológico. Contudo, os valores que pertencem ao polo de ordem superior abertura à mudança – que inclui a estimulação e, parcialmente, o hedonismo – podem associar-se positivamente a esses comportamentos (PATO, 2004).

O tipo motivacional estimulação (que enfatiza metas voltadas para desafios, criatividade e inovação) é capaz de exercer influência positiva nos comportamentos associados à limpeza urbana. Segundo Pato (2004), colaborar com a preservação da cidade e ajudar a manter as ruas limpas exigem, implicitamente, um comportamento mais ativo por parte dos indivíduos, no sentido de contribuir para a limpeza urbana. Esse nível de atividade é compatível com as metas subjacentes à estimulação.

O fato deste tipo motivacional ter figurado entre os últimos na hierarquia dos participantes pode ser explicado pela inserção de tais indivíduos na temática ambiental do município de Lavras que, por si própria, demanda um envolvimento e comportamento mais ativo por parte daqueles que a representam.

4.5 Análise de conglomerados

Uma análise de conglomerados, conhecida como *cluster* hierárquico, foi realizada com o objetivo de identificar agrupamentos entre os participantes. Em função de estarem inseridos na temática ambiental do município de Lavras, optou-se por verificar o nível de engajamento ecológico dos pesquisados com base nas situações descritas pela Escala de Comportamento Ecológico (ECE) referentes ao fator ativismo/consumo.

Desse modo, o *cluster* foi composto pelas seguintes variáveis: (1) “falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas”, (2) “evito comprar

produtos que são feitos de plástico”, (3) “evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)”, (4) “faço trabalho voluntário para um grupo ambiental”, (5) “evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente”, (6) “participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente”, (7) “mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos”, (8) “compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxicos” e (9) “participo de atividades que cuidam do meio ambiente”.

A análise de conglomerados identifica os agrupamentos naturais nos quais os indivíduos de cada conglomerado são mais semelhantes (HAIR et al., 2005). Desse modo, a análise do presente estudo não fez distinção entre variáveis dependentes e independentes e seu objetivo primordial consistiu em classificar os participantes em grupos relativamente homogêneos, com base no conjunto de variáveis, agrupando-os através dos padrões de respostas.

Os procedimentos utilizados para executar o *cluster* hierárquico foram o método de Ward e a distância euclidiana ao quadrado. Assim, verificou-se a existência de 3 conglomerados que apresentam comportamentos ecológicos distintos de ativismo/consumo. São eles: grupo 1 (baixo ativismo), 2 (ativismo moderado), 3 (alto ativismo).

As informações da Tabela 11 apontam os tamanhos da amostra para cada conglomerado (N), assim como os respectivos percentuais e médias. Nesse sentido, quanto maior a média, maior o nível de engajamento ecológico.

Tabela 11 - Características dos conglomerados.

Grupos	N	%	Média
1	32	39,0	2,70
2	31	37,8	3,88
3	19	23,2	5,03

Fonte: Dados da pesquisa

Em seguida, as informações da Tabela 12 apresentam as médias das variáveis para cada um dos conglomerados.

Tabela 12 - Médias das variáveis para os conglomerados. (Continua)

Variáveis	Grupos	N	Média
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	1	32	3,91
	2	31	5,06
	3	19	5,89
	Total	82	4,95
Evito comprar produtos que são feitos de plástico	1	32	2,06
	2	31	3,71
	3	19	3,89
	Total	82	3,22
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	1	32	2,28
	2	31	4,19
	3	19	5,11
	Total	82	3,86
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	1	32	2,25
	2	31	1,84
	3	19	5,42
	Total	82	3,17
Evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente	1	32	2,47
	2	31	4,39
	3	19	5,11
	Total	82	3,99
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	1	32	1,53
	2	31	2,90
	3	19	4,84
	Total	82	3,09
Mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	1	32	2,69
	2	31	4,06
	3	19	5,32
	Total	82	4,02

Tabela 12 - Médias das variáveis para os conglomerados. (Conclusão)

Variáveis	Grupos	N	Média
Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxicos	1	32	4,35
	2	31	4,47
	3	19	3,91
	Total	82	4,24
Participo de atividades que cuidam do meio ambiente	1	32	2,75
	2	31	4,32
	3	19	5,79
	Total	82	4,29

Fonte: Dados da pesquisa

Com exceção da variável “compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxicos”, o grupo 3 (alto ativismo) apresentou as maiores médias para todas as variáveis. Em contrapartida, o grupo 1 (baixo ativismo) apresentou a menor média para todas as variáveis, exceto para “faço trabalho voluntário para um grupo ambiental”, cuja menor média foi apresentada pelo grupo 2 (ativismo moderado).

As médias das variáveis “evito comprar produtos que são feitos de plástico” e “evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente” apresentaram um padrão semelhante entre os grupos 2 (ativismo moderado) e 3 (alto ativismo).

As maiores diferenças de médias entre os grupos 1 (baixo ativismo) e 2 (ativismo moderado) encontram-se nas variáveis que apontam a incorporação do consumo consciente no cotidiano dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras. São elas: “evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente”, “evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)” e “evito comprar produtos que são feitos de plástico”.

Em contrapartida, as maiores diferenças de médias entre os grupos 1 (baixo ativismo) e 3 (alto ativismo) encontram-se nas variáveis relacionadas ao engajamento dos participantes em atividades voltadas para a defesa do meio ambiente, como “participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente”, “faço trabalho voluntário para um grupo ambiental” e “participo de atividades que cuidam do meio ambiente”.

Do mesmo modo, as maiores diferenças de médias entre os grupos 2 (ativismo moderado) e 3 (alto ativismo) encontram-se também nessas variáveis, porém, em ordem decrescente distinta: “faço trabalho voluntário para um grupo ambiental”, “participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente” e “participo de atividades que cuidam do meio ambiente”.

Para verificar se as diferenças entre as médias dos grupos são estatisticamente significativas, ou seja, para confirmar que os grupos se mostram diferentes, realizou-se uma ANOVA (TABELA 13).

Tabela 13 - Diferenças entre as médias dos grupos (ANOVA). (Continua)

Variáveis	Comparação	F	Sig.
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	Entre grupos	24,816	,000
Evito comprar produtos que são feitos de plástico	Entre grupos	18,163	,000
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	Entre grupos	49,589	,000
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	Entre grupos	47,342	,000
Evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente	Entre grupos	27,156	,000
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	Entre grupos	43,426	,000
Mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	Entre grupos	21,508	,000

Tabela 13 - Diferenças entre as médias dos grupos (ANOVA). (Conclusão)

Variáveis	Comparação	F	Sig.
Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxicos	Entre grupos	8,208	,000
Participo de atividades que cuidam do meio ambiente	Entre grupos	46,887	,000

Fonte: Dados da pesquisa

As diferenças nas médias dos conglomerados para todas as variáveis de ativismo/consumo são significativas (0,00). Portanto, rejeitou-se a hipótese nula de que não há diferença entre os grupos 1 (baixo ativismo), 2 (ativismo moderado) e 3 (alto ativismo).

4.5.1 Características sociodemográficas dos conglomerados

Para analisar as características sociodemográficas dos conglomerados, realizou-se uma tabulação cruzada com uso da análise chi-quadrado. Segundo Hair et al. (2005), a tabulação cruzada é um dos métodos mais simples para descrever conjuntos de relações, a partir da tabulação e comparação de respostas para cada grupo. Por sua vez, a análise chi-quadrado testa se há diferenças estatísticas entre grupos.

Dentre as variáveis, três foram significativas ao chi-quadrado de Pearson, apresentando valor inferior a 0,05: idade (0,041), tempo de participação em ações/projetos ambientais (0,008) e treinamento ambiental nos últimos 2 anos (0,003). Portanto, pode-se afirmar com 95% de confiabilidade que tais variáveis diferenciaram significativamente os grupos.

A Tabela 14 apresenta os resultados da tabulação cruzada quanto à idade.

Tabela 14 - Tabulação cruzada entre idade e grupos.

Variáveis sociodemográficas		1	2	3	Total	
Idade	Acima de 60 anos	Contagem	1	0	5	6
		% dentro de Idade	16,7%	0,0%	83,3%	100,0%
		% do Total	1,2%	0,0%	6,1%	7,3%
	51 a 60 anos	Contagem	5	5	4	14
		% dentro de Idade	35,7%	35,7%	28,6%	100,0%
		% do Total	6,1%	6,1%	4,9%	17,1%
	41 a 50 anos	Contagem	8	9	4	21
		% dentro de Idade	38,1%	42,9%	19,0%	100,0%
		% do Total	9,8%	11,0%	4,9%	25,6%
	31 a 40 anos	Contagem	11	13	5	29
		% dentro de Idade	37,9%	44,8%	17,2%	100,0%
		% do Total	13,4%	15,9%	6,1%	35,4%
	21 a 30 anos	Contagem	7	4	1	12
		% dentro de Idade	58,3%	33,3%	8,3%	100,0%
		% do Total	8,5%	4,9%	1,2%	14,6%
	Total	Contagem	32	31	19	82
		% dentro de Idade	39,0%	37,8%	23,2%	100,0%
		% do Total	39,0%	37,8%	23,2%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Assim sendo, o fator idade pode contribuir para o nível de engajamento ecológico, pois, o grupo 3 (alto ativismo) é composto, em sua maioria, por indivíduos com idade superior a 40 anos. Em contrapartida, nos grupos 1 (baixo ativismo) e 2 (ativismo moderado), a maioria possui entre 21 e 40 anos.

A Tabela 15 apresenta os resultados referentes à variável tempo de participação em ações/projetos ambientais.

Tabela 15 - Tabulação cruzada entre tempo de participação e grupos.

Variáveis sociodemográficas			1	2	3	Total
Tempo participação	Acima de 40 anos	Contagem	0	0	1	1
		% dentro de Tempo participação	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,0%	0,0%	1,2%	1,2%
	31 a 40 anos	Contagem	0	0	3	3
		% dentro de Tempo participação	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,0%	0,0%	3,7%	3,7%
	21 a 30 anos	Contagem	3	1	1	5
		% dentro de Tempo participação	60,0%	20,0%	20,0%	100,0%
		% do Total	3,7%	1,2%	1,2%	6,1%
	11 a 20 anos	Contagem	2	9	4	15
		% dentro de Tempo participação	13,3%	60,0%	26,7%	100,0%
		% do Total	2,4%	11,0%	4,9%	18,3%
	0 a 10 anos	Contagem	27	21	10	58
		% dentro de Tempo participação	46,6%	36,2%	17,2%	100,0%
		% do Total	32,9%	25,6%	12,2%	70,7%
	Total	Contagem	32	31	19	82
		% dentro de Tempo participação	39,0%	37,8%	23,2%	100,0%
		% do Total	39,0%	37,8%	23,2%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de participação em ações/projetos ambientais pode também ser considerado um fator capaz de influenciar positivamente o engajamento ecológico. O grupo 3 (alto ativismo) apresenta maior percentual de indivíduos com mais de 20 anos de participação.

A Tabela 16 apresenta os resultados da tabulação cruzada referentes à participação em treinamento ambiental nos últimos 2 anos.

Tabela 16 - Tabulação cruzada entre treinamento e grupos.

Variáveis sociodemográficas		1	2	3	Total	
Treinamento	Contagem	22	9	6	37	
	Não	% dentro de Treinamento	59,5%	24,3%	16,2%	100,0%
		% do Total	26,8%	11,0%	7,3%	45,1%
	Sim	Contagem	10	22	13	45
		% dentro de Treinamento	22,2%	48,9%	28,9%	100,0%
		% do Total	12,2%	26,8%	15,9%	54,9%
Total	Contagem	32	31	19	82	
		% dentro de Treinamento	39,0%	37,8%	23,2%	100,0%
		% do Total	39,0%	37,8%	23,2%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Do mesmo modo, a participação em treinamento ambiental nos últimos 2 anos pode contribuir para um maior engajamento ecológico. Nos grupos 2 (ativismo moderado) e 3 (alto ativismo), a maioria dos indivíduos participou de algum treinamento ambiental nos últimos 2 anos. Em contrapartida, no grupo 1 (baixo ativismo), a maioria não participou de nenhum treinamento ambiental nesse período.

Os resultados do estudo realizado por Pato (2004) apontam, de forma similar ao presente estudo, os mais velhos e os que já participaram de treinamento ambiental, especialmente, nos últimos dois anos, como aqueles que mais se comportam ecologicamente. De outro modo, apontam também os que estudam em áreas de formação afins à temática ambiental e às mulheres.

Entretanto, segundo a autora, os aspectos diretamente vinculados ao tema ambiental, como área de formação e treinamento, predisõem supostamente as pessoas a se comportarem de maneira menos prejudicial ao meio ambiente fazendo, assim, sentido e correspondendo ao esperado.

Pato (2004) ressalta também que as pesquisas sobre o papel das variáveis sociodemográficas na predição de comportamentos ambientalmente responsáveis não têm apresentado um padrão claro de resultados. Desse modo, os pesquisadores não devem confiar em tais variáveis como antecedentes únicos do comportamento pró-ambiental, sendo necessário associá-las a outras variáveis em estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tipos de comportamento ecológico apresentam, conforme os argumentos de Pato (2004) ao longo do presente estudo, uma ética que se baseia em princípios de sustentabilidade e qualidade de vida e motivações que pressupõem atitudes não agressivas ou prejudiciais ao meio ambiente.

No entanto, o acesso desigual aos recursos dificulta a informação e educação da comunidade, em especial, das camadas mais simples, sobre a necessidade de preservação do meio ambiente. Aqueles que não possuem um mínimo patrimonial capaz de satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência reagem de modo diferente em relação às questões ambientais.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável só é real se for capaz de melhorar a qualidade de vida humana, permitindo que as pessoas vivam com dignidade – com acesso a condições básicas de alimentação, saúde e habitação -, acesso à educação e garantia de direitos humanos.

O crescimento econômico e o aumento de riquezas, por si só, não significam desenvolvimento harmonizado. Assim, a ênfase em um novo padrão de desenvolvimento deve fixar-se no crescimento fundado em necessidades reais, respeito ao meio ambiente e inclusão social.

Ainda que, nos dias de hoje, os indivíduos sejam capazes - no papel de sociedade civil, governo ou empresas - de transformar o modelo de desenvolvimento vigente em desenvolvimento sustentável, o alcance da sustentabilidade é uma mudança civilizatória que não acontece sozinha. É um passo global, por definição, que envolve o reexame de valores e a modificação de comportamentos incompatíveis com um modo de vida sustentável.

Esse esforço começa pela mudança do próprio estilo de vida: entender, ao máximo, como o planeta funciona e se sustenta e usar esse conhecimento para viver de maneira mais simples. Se as ações do cotidiano fossem levadas mais a

sério, a percepção e postura dos indivíduos frente aos problemas globais seriam mais harmoniosas.

Assim sendo, o foco nos valores, crenças e comportamentos dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras reforça a importância de se favorecer e incentivar a sustentabilidade a partir das comunidades locais. O envolvimento de pessoas afetadas diretamente pelos problemas ambientais contribui para que as atitudes necessárias para a adoção de uma vida sustentável sejam compreendidas e realizadas a partir do cotidiano dos cidadãos.

Os participantes assumiram, em primeiro lugar, uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional universalismo, que envolve um conjunto importante de valores para a compreensão dos comportamentos em relação ao meio ambiente. Por conseguinte, o predomínio das crenças ecocêntricas entre os pesquisados ressaltou, de forma geral, sua disposição em proteger, preservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais.

Do mesmo modo, a identificação de aspectos específicos do comportamento ecológico dos participantes, como a facilidade de assimilar comportamentos relacionados à limpeza urbana e economia de água e energia, assim como a dificuldade de incorporar comportamentos relacionados ao ativismo/consumo e reciclagem, serve também como ponto de partida para a conscientização e sensibilização a respeito das consequências de suas ações para a degradação dos recursos ambientais do planeta e para a saúde e qualidade de vida humanas.

Ressalta-se, nesse sentido, que a inserção na temática ambiental pode favorecer a combinação entre a intenção de se realizar um comportamento e a realização do comportamento propriamente dito. Um cenário propício à expressão de comportamentos pró-ambientais é essencial para estimular

intenções pré-existentes e despertar uma identidade ecológica entre os indivíduos.

Muito mais que simpatizantes à causa ambiental, tais indivíduos devem ser capazes de realizar, mesmo em situações adversas, comportamentos ecologicamente corretos e, acima de tudo, mobilizar o envolvimento e participação dos cidadãos em práticas comunitárias que reforcem o sentimento de corresponsabilidade e a constituição de valores consecutivos de cuidado, respeito e responsabilidade com o natural.

Em outras palavras, é importante que os indivíduos inseridos na temática ambiental assumam o compromisso de despertar na população do município de Lavras a disposição para a redução dos comportamentos prejudiciais ao meio ambiente, como, por exemplo, o desperdício de água e energia e o descarte incorreto de vários itens, assim como para o fortalecimento daqueles que contribuem para sua preservação, como, por exemplo, a limpeza urbana e o engajamento e participação em atividades voltadas para as questões ambientais.

Nesse sentido, acrescenta Milaré (2015, p. 78): “as pessoas que se organizam para trabalhar pela sustentabilidade em suas próprias comunidades podem constituir uma força efetiva, seja a sua comunidade rica ou pobre, urbana, suburbana ou rural”.

Destaca-se, assim, a relevância dos resultados encontrados no presente estudo para a pesquisa e proposição de estratégias que contribuam para a modificação das relações entre o ser humano e o meio ambiente, haja vista a insuficiência na literatura de pesquisas realizadas sobre o tema no âmbito das organizações da sociedade civil inseridas na temática ambiental.

Uma das limitações da pesquisa pode ser atribuída aos métodos de pesquisa quantitativa que, apesar de coletarem os dados dentro de um conjunto de parâmetros e produzirem resultados numéricos exatos, apresentam uma limitação no que diz respeito à compreensão da complexidade social existente

por detrás dos resultados da pesquisa. O uso de instrumentos padronizados possibilita apenas o estabelecimento de relações entre as variáveis, por meio de hipóteses estatísticas.

Ressalta-se, no caso das correlações, que apesar de os dados serem estatisticamente significativos, a significância substancial foi fraca, ou seja, o poder explicativo da relação entre crenças ambientais e comportamento ecológico, assim como entre valores e comportamento ecológico, foi considerado fraco.

Ademais, apesar do rigor estatístico utilizado na análise dos dados, os resultados da pesquisa devem ser analisados com cautela devido à quantidade limitada de participantes. Fato este que inviabiliza generalizações e apresenta limitações para a análise de técnicas estatísticas multivariadas, tais como as utilizadas no presente estudo (HAIR et al., 2009).

Como perspectivas para pesquisas futuras, destaca-se a importância em avaliar o nível de comportamento ecológico da sociedade civil em relação aos atores governamentais e empresariais, levando-se em consideração as demandas sociais, ambientais e político-econômicas deste cenário.

O formato de pesquisa empregado no presente estudo pode ser utilizado também para a avaliação de territórios mineradores. Tais territórios são pautados, de forma geral, por uma contradição entre valores corporativistas, na medida em que a mineração causa dependência não somente aos governos municipais e estadual, como também a ONGs, projetos ambientais e até instituições culturais, e valores universalistas, cujo foco na proteção do meio ambiente aponta para as injustiças ambientais, como transformações urbanísticas, mudanças inteiras de comunidades e funcionamento de barragens de rejeito próximas a áreas urbanas.

Ademais, este formato de pesquisa pode ser ampliado para outros municípios e regiões, assim como para populações cujo foco de atuação não esteja diretamente relacionado à temática do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Micro e pequenas empresas são essenciais para consolidar a economia verde. **Centro Sebrae de Sustentabilidade**, Cuiabá, 2012a.

Disponível em: <<http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade/menuitem.4b18b1b9cd7bdc61ff704330a27fe1ca/?vgnextoid=e b27249ae28e5310VgnVCM1000002af71eacRCRD&vgnnextfmt=default>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012b. 248 p.

ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE LAVRAS. Lavras: ACAMAR, 2014. Disponível em: <<http://www.acamar.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GRANDE. Quem somos. **ARPA Rio Grande**, Lavras, 2014. Disponível em: <<http://www.arpariogrande.org.br/portal/sobre/>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

BARBIERI, J. C. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 919-946, nov./dez. 2004.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1992.

BRAITHWAITE, V.; BLAMEY, R. Consenso, estabilidade e significado nos valores sociais abstratos. In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos**: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 181-206.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 496 p.

_____. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Seção 1, p. 16509.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Brasília: MMA, 2014a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, 2012. 82 p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**: perfil dos municípios brasileiros 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b. 126 p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: meio ambiente, saúde/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997. 128 p.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Participação social no Brasil**: entre conquistas e desafios. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014c. 176 p.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 616 p.

CAIXETA, D. M. **Atitudes e comportamentos ambientais**: um estudo comparativo entre servidores de instituições públicas federais. 2010. 77 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.

CAMPOS, B. A. Estrutura de valores relativos ao trabalho: um estudo em empresas juniores. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão**: novas perspectivas. São Paulo: Senac, 2008. p. 389-408.

CAMPOS, C. B.; POL, E. As crenças ambientais de trabalhadores provenientes de empresa certificada por SGA podem predizer comportamentos pró-ambientais fora da empresa? **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 15, n. 2, p. 199-206, maio/ago. 2010.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 149-158, jan./jun. 2004.

COELHO, J. A. P. M.; GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L. Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 199-207, jan./abr. 2006.

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. **Serviços**. Lavras: CODEMA, 2015. Disponível em: <<http://codema-lavras.wix.com/codema-lavras#!servicos/cewq>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

CORRAL-VERDUGO, V. **Comportamiento proambiental: una introducción al estudio de las conductas protectoras del ambiente**. Espanha: Resma, 2001. 268 p.

CORRAL-VERDUGO, V.; PINHEIRO, J. Q. Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1999.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 220 p.

FURRIELA, R. B. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2002. 194 p.

GOUVÊA, R. Q. Da filosofia dos valores a uma ciência dos valores. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Senac, 2008. p. 17-45.

GRAD, H. A influência da experiência ocupacional: escala de valores e significado do trabalho em quatro grupos ocupacionais. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 363-388.

GUARDANI, F. Valores organizacionais do ponto de vista de clientes. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 319-335.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

_____. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005. 471 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

_____. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

KAISER, F. G. A general measure of ecological behavior. **Journal of Applied Social Psychology**, Malden, v. 28, n. 1, p. 395-422, Mar. 1998.

KARP, D. G. Values and their effect on pro-environmental behavior. **Environment and Behavior**, Thousand Oaks, v. 28, n. 1, p. 111-133, Jan. 1996.

LAVRAS. Decreto nº 4.743, de 10 de julho de 2003. Homologa o regimento interno do conselho municipal de defesa e conservação do meio ambiente – CODEMA. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, MG, 11 jul. 2003.

_____. Prefeitura Municipal. Lei Orgânica do Município de Lavras nº 1.224, de 06 de abril de 1980. Lavras, 1980. **Diário Oficial do Município de Lavras**, Lavras, MG, 07 abr. 1980.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.

LÈVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 49-60, abr./jun. 2007.

LOMBARDI, M. F. S. et al. Confrontando estruturas de valores: um estudo comparativo entre PVQ-40 e PVQ-21. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010. p. 1-16.

LÓPEZ, A. G. **La preocupación por la calidad del medio ambiente: um modelo cognitivo sobre la conducta ecológica.** 2002. 234 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Complutense de Madrid, Madrid, 2002.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

MARTÍNEZ-SANCHEZ, E.; ROS, M. Os significados da saúde e a saúde como um valor. In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 293-324.

MEDINA, S. T. N. **Valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico em Órgão Público.** 2008. 85 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente.** 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 1680 p.

MILLER, G. T. **Ciência ambiental.** São Paulo: Cengage Learning, 2012. 576 p.

NAVES, F. L. Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 6, n. 2, p. 121-133, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, N. Meio ambiente, estado e sociedade: algumas reflexões sobre como minimizar o conflito. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/naia.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

PATO, C. M. L. Comportamento ecológico: chave para compreensão e resolução da degradação ambiental? **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, v. 27, nesp. p. 103-107, jun./jul. 2005.

_____. **Comportamento ecológico: relações com valores pessoais e crenças ambientais.** 2004. 164 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PATO, C. M. L.; TAMAYO, A. A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 289-296, 2006.

_____. Os valores como preditores de atitudes e comportamentos: contribuições para um debate. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 8, n. 14, p. 103-117, jan./jun. 2002.

PEREIRA, D. B.; MUNGAI, M. F.; CRUZ, P. A. Práticas ambientais urbanas: o papel dos conselhos de desenvolvimento ambiental – CODEMAS, em municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 28, p. 9-30, jan./jun. 2007.

PEREIRA, J. R.; CABRAL, E. H. S.; PEREIRA, J. R. Gestão social e *governing the commons*: a cooperação como elo de convergência. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, n. 43, p. 112-122, dez. 2015.

PORTO, J. B. Valores do trabalho e seu impacto sobre atitudes e comportamento no trabalho. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 173-196.

RIFKIN, J. **O sonho europeu**. São Paulo: M. Books, 2005. 402 p.

RODRIGUES, M. Os valores mudam ao longo da carreira? um estudo sobre a mudança percebida na hierarquia dos valores do trabalho. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 409-428.

RODRIGUES, M. S. B. **Crenças ambientais e comportamentos ecológicos de usuários do Restaurante Universitário da Universidade de Brasília**. 2011. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ROKEACH, M. **Crenças, atitudes e valores**. Rio de Janeiro: Interciência, 1981. 230 p.

_____. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973. 438 p.

ROS, M. Psicologia social dos valores: uma perspectiva histórica. In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011a. p. 23-54.

_____. Valores, atitudes e comportamento: uma nova visita a um tema clássico. In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011b. p. 87-114.

ROS, M.; GOUVEIA, V. Validade dos modelos transculturais sobre os valores. In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 207-238.

ROSA, P. M. V. **Pegada ecológica, valores, crenças ambientais e consideração de consequências futuras em biólogos universitários, biólogos e não biólogos**. 2013. 91 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudança. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL TEMÁTICO DA BAHIA, 2010, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: Editora da FSM, 2010. Disponível em: <<https://criseoportunidade.wordpress.com/2010/01/20/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-coordenacao-cientifica-crise-e-oportunidade/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SAMBIASE, M. F. et al. Confrontado estruturas de valores: um estudo comparativo entre PVQ-40 e PVQ-21. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 728-739, out./dez. 2014.

SCHWARTZ, S. H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, Washington, v. 50, n. 4, p. 19-45, Dec. 1994.

_____. Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 55-86.

_____. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, M. (Org.). **Advances in experimental social psychology**: volume 25. New York: Academic Press, 1992. p. 01-65.

_____. Validade e aplicabilidade da teoria de valores. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Org.). **Valores e comportamento nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 2005a. p. 56-95.

_____. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Org.). **Valores e comportamento nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 2005b. p. 21-55.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 328 p.

TAMAYO, A. Hierarquia de valores transculturais e brasileiros. **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 23, nesp., p. 7-15, 2007.

_____. Impacto dos valores pessoais e organizacionais sobre o comportamento organizacional. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Org.). **Valores e comportamento nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 160-186.

TAMAYO, A.; BORGES, L. O. Valores do trabalho e das organizações. In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos**: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 397-432.

TAMAYO, A.; PORTO, J. B. Teoria e medidas de valores. In: _____. (Org.). **Valores e comportamento nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 16-20.

_____. Validação do questionário de perfis de valores (QPV) no Brasil. **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 25, n. 3, p. 369-376, jul./set. 2009.

TAMAYO, A.; SCHWARTZ, S. H. Estrutura motivacional dos valores humanos. **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 9, n. 2, p. 329-348, maio/ago. 1993.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 105-142.

TEIXEIRA, M. L. M. et al. Peculiaridades da estrutura de valores básicos dos brasileiros. **Revista Psicologia**: organização e trabalho, Brasília, v. 14, n. 2, p. 139-152, abr./jun. 2014.

TEIXEIRA, M. L. M.; MONTEIRO, R. S. Valores pessoais no ambiente de negócios. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 197-211.

TEIXEIRA, M. L. M.; PEREIRA, E. L. Compatibilidade entre indivíduos e organização: uma proposta com base na teoria de valores de Schwartz. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 339-362.

THOMPSON, S. C. G.; BARTON, M. A. Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. **Journal of Environmental Psychology**, Toronto, v. 14, n. 2, p. 149-157, June 1994.

TRANCOSO, A. Os valores éticos: um valor é uma experiência transmitida ou vivida que elegemos para dar sentido à nossa vida cotidiana. **Revista Ecológico**, Belo Horizonte, v. 60, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=68&secao=1043&mat=1150>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

VEIGA, J. E. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora Senac, 2007. 144 p.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.

APÊNDICE A – ORIENTAÇÕES GERAIS DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Prezado(a),

Convido-o(a) a participar de uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras com o objetivo de avaliar os valores, crenças e comportamentos dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.

Ressalta-se que o questionário a seguir faz parte de um trabalho acadêmico. Todas as informações aqui prestadas serão anônimas, servindo apenas para validar os procedimentos científicos da pesquisa. Dessa forma, não há respostas certas ou erradas. O que vale é a sua opinião espontânea.

Assim, os resultados desta pesquisa serão publicados em artigos científicos e farão parte de uma dissertação de mestrado, que será disponibilizada, posteriormente, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Lavras. É válido destacar que tais resultados serão apresentados também às instituições voltadas para a temática ambiental como forma de contribuição ao seu trabalho de preservação do meio ambiente no município de Lavras.

Certa de sua colaboração, agradeço.

Atenciosamente,

Juliana Rabelo Pereira
Mestranda em Administração Pública - UFLA
julianarpereira@hotmail.com

APÊNDICE B – VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Estado civil:

- 1 – () Solteiro (a)
- 2 – () Casado (a)
- 3 – () Divorciado (a)
- 4 – () Outro

Escolaridade:

- 1 - () Ensino Fundamental
- 2 – () Ensino Médio
- 3 - () Ensino Superior
- 4 - () Especialização
- 5 - () Mestrado
- 6 - () Doutorado

Qual sua faixa de renda?

- 1 – () Até R\$1.000,00
- 2 – () De R\$1.001,00 a R\$3.000,00
- 3 – () De R\$3.001,00 a R\$5.000,00
- 4 – () De R\$5.001,00 a R\$8.000,00
- 5 – () Acima de R\$8.000,00

Há quanto tempo participa de ações/projetos ambientais?

Por favor, coloque sua resposta aqui: _____

(Escreva o número de anos em que você participa. Escreva o número inteiro mais próximo. Se for menos de um ano, escreva 0 (zero)).

Você participou de algum treinamento ambiental nos últimos 2 anos?

() Sim () Não

ANEXO A – ESCALA DE COMPORTAMENTO ECOLÓGICO (ECE)

Abaixo você vai encontrar uma lista de frases que descrevem situações que você vive em seu cotidiano. Marque com “x” a opção que indica quantas vezes o que está escrito acontece com você.

ESCALA DE COMPORTAMENTO ECOLÓGICO	1 Nunca	2 Quase nunca	3 Algumas vezes	4 Muitas vezes	5 Quase sempre	6 Sempre
1. Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira.						
2. Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa.						
3. Deixo a torneira aberta durante todo o tempo do banho.						
4. Evito jogar papel no chão.						
5. Faço doações em dinheiro para uma ONG ambientalista.						
6. Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não estão sendo usados.						
7. Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas.						
8. Quando tenho vontade de comer alguma coisa e não sei o que é, abro a geladeira e fico olhando o que tem dentro.						
9. Evito desperdício dos recursos naturais.						
10. Ajudo a manter as ruas limpas.						
11. Evito comprar produtos que são feitos de plástico.						
12. Enquanto escovo os dentes, deixo a torneira						

ESCALA DE COMPORTAMENTO ECOLÓGICO	1 Nunca	2 Quase nunca	3 Algumas vezes	4 Muitas vezes	5 Quase sempre	6 Sempre
aberta.						
13. Separo o lixo conforme o tipo.						
14. Guardo o papel que não quero mais na bolsa, quando não encontro uma lixeira por perto.						
15. Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos).						
16. Entrego papéis para a reciclagem.						
17. Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental.						
18. Quando estou tomando banho, fecho a torneira para me ensaboar.						
19. Economizo água quando possível.						
20. Quando vejo alguém jogando papel na rua, pego e joga na lixeira.						
21. Colaboro com a preservação da cidade onde vivo.						
22. Quando não encontro lixeira por perto, joga latas vazias no chão.						
23. Evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente.						
24. Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente.						

ESCALA DE COMPORTAMENTO ECOLÓGICO	1 Nunca	2 Quase nunca	3 Algumas vezes	4 Muitas vezes	5 Quase sempre	6 Sempre
25. Apago a luz quando saio de ambientes vazios.						
26. Evito desperdício de energia.						
27. Evito comer alimentos transgênicos.						
28. Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta muito tempo para não gastar energia.						
29 Mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos.						
30. Compro comida sem me preocupar se têm conservantes ou agrotóxicos.						
31. Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo.						
32. Entrego as pilhas usadas nos postos de coleta.						
33. Participo de atividades que cuidam do meio ambiente.						
34. Evito ligar vários aparelhos elétricos ao mesmo tempo nos horários de maior consumo de energia.						

ANEXO B – ESCALA DE CRENÇAS AMBIENTAIS (ECA)

Atribua uma nota para as afirmações abaixo, de acordo com a seguinte escala: a nota 1 significa que você discorda totalmente da afirmação. À medida que a nota cresce, aumenta a sua concordância com a afirmação, até a nota máxima 6, que significa que você concorda totalmente.

ESCALA DE CRENÇAS AMBIENTAIS	1 Discordo totalmente	2	3	4	5	6 Concordo totalmente
1. Os homens estão abusando do meio ambiente.						
2. Usar muito papel causa problemas sérios, mas eu não posso fazer nada sobre isso.						
3. O Brasil é um país com muitas riquezas naturais e é impossível que essas riquezas acabem apenas pelas ações humanas.						
4. Evitar desperdícios dos recursos naturais deve ser um compromisso de todos nós brasileiros.						
5. As pessoas exageram os problemas ambientais provocados pelo uso do automóvel.						
6. A reciclagem contribui para a diminuição dos						

ESCALA DE CRENÇAS AMBIENTAIS	1 Discordo totalmente	2	3	4	5	6 Concordo totalmente
problemas ambientais gerados pelo uso abusivo de papéis.						
7. Reciclar latas de alumínio é uma fonte de economia para as indústrias.						
8. Alimentos produzidos organicamente são melhores para a saúde humana.						
9. A luta dos ambientalistas ajuda a melhorar a nossa qualidade de vida.						
10. Se as coisas continuarem como estão, vivenciaremos em breve uma catástrofe ecológica.						
11. Evitar a compra de produtos poluentes faz com que as empresas se preocupem mais com o meio ambiente.						
12. O consumismo agrava os problemas ambientais.						
13. As pessoas						

ESCALA DE CRENÇAS AMBIENTAIS	1 Discordo totalmente	2	3	4	5	6 Concordo totalmente
deveriam boicotar as empresas que poluem o meio ambiente para exigir produtos ecologicamente corretos.						
14. O lixo é responsabilidade apenas do órgão de limpeza urbana.						
15. Se existissem mais campanhas esclarecendo a população sobre os problemas ambientais, a situação brasileira estaria melhor.						
16. O governo deveria se preocupar mais com os problemas sociais do que com os ambientais.						
17. Os ecologistas estão preocupados demais com as plantas e os animais e se esquecem das pessoas.						
18. A natureza tem uma capacidade inesgotável de se recuperar dos						

ESCALA DE CRENÇAS AMBIENTAIS	1 Discordo totalmente	2	3	4	5	6 Concordo totalmente
danos provocados pelas ações humanas.						
19. O homem é o responsável pelo desequilíbrio na natureza.						
20. Os recursos naturais estão aí para servir ao homem.						
21. É possível manter o equilíbrio ecológico e ter uma boa qualidade de vida.						
22. A nossa qualidade de vida depende diretamente dos bens de consumo que possuímos.						
23. Os problemas ambientais são consequência da vida moderna.						
24. A interferência dos seres humanos na natureza frequentemente produz consequências desastrosas.						
25. O equilíbrio da natureza é forte o suficiente para se ajustar aos impactos das nações industriais						

ESCALA DE CRENÇAS AMBIENTAIS	1 Discordo totalmente	2	3	4	5	6 Concordo totalmente
modernas.						
26. Separar o lixo conforme o tipo ajuda na preservação do meio ambiente.						

ANEXO C – PERFIL DE VALORES DE SCHWARTZ (PVQ-40)

A seguir, leia cada descrição e marque com um “x” a opção que indica o quanto cada uma dessas pessoas se parece com você.

ELA	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
1. Pensar em novas ideias e ser criativa é importante para ela. Ela gosta de fazer coisas de maneira própria e original.						
2. Ser rica é importante para ela. Ela quer ter muito dinheiro e possuir coisas caras.						
3. Ela acredita que é importante que todas as pessoas do mundo sejam tratadas com igualdade. Ela acredita que todos deveriam ter oportunidades iguais na vida.						
4. É muito importante para ela demonstrar suas habilidades. Ela quer que as pessoas admirem o que ela faz.						
5. É importante para ela viver em um ambiente seguro. Ela evita qualquer coisa que possa colocar sua segurança em risco.						
6. Ela acha que é importante fazer várias coisas						

ELA	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
diferentes na vida. Ela sempre procura novas coisas para experimentar.						
7. Ela acredita que as pessoas deveriam fazer o que lhes é ordenado. Ela acredita que as pessoas deveriam sempre seguir as regras, mesmo quando ninguém está observando.						
8. É importante para ela ouvir as pessoas que são diferentes dela. Mesmo quando não concorda com essas pessoas, ela ainda quer entendê-las.						
9. Ela acha importante não querer mais do que se tem. Ela acredita que as pessoas deveriam estar satisfeitas com o que têm.						
10. Ela procura todas as oportunidades para se divertir. É importante para ela fazer coisas que lhe dão prazer.						
11. É importante para ela tomar suas próprias decisões sobre o que faz. Ela						

ELA	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
gosta de ser livre para planejar e escolher suas atividades.						
12. É muito importante para ela ajudar as pessoas ao seu redor. Ela quer cuidar do bem-estar delas.						
13. Ser muito bem-sucedida é importante para ela. Ela gosta de impressionar as demais pessoas.						
14. A segurança de seu país é muito importante para ela. Ela acha que o governo deve estar atento a possíveis ameaças de origem interna e externa.						
15. Ela gosta de se arriscar. Ela está sempre procurando aventuras.						
16. É importante para ela se comportar sempre corretamente. Ela quer evitar fazer qualquer coisa que as pessoas possam achar errado.						
17. É importante para ela estar no comando e dizer aos demais o que fazer. Ela quer que as pessoas façam o que manda.						

ELA	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
18. É importante para ela ser fiel a seus amigos. Ela quer se dedicar às pessoas próximas de si.						
19. Ela acredita firmemente que as pessoas deveriam preservar a natureza. Cuidar do meio ambiente é importante para ela.						
20. Ser religiosa é importante para ela. Ela se esforça para seguir as crenças religiosas.						
21. É importante para ela que as coisas estejam organizadas e limpas. Ela realmente não gosta que as coisas estejam bagunçadas.						
22. Ela acha que é importante demonstrar interesse pelas coisas. Ela gosta de ser curiosa e tentar entender todos os tipos de coisas.						
23. Ela acredita que todas as pessoas do mundo deveriam viver em harmonia. Promover a paz entre todos os grupos no mundo é importante para ela.						

ELA	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
24. Ela acha que é importante ser ambiciosa. Ela quer demonstrar o quanto é capaz.						
25. Ela acha que é melhor fazer as coisas de maneira tradicional. É importante para ela manter os costumes que aprendeu.						
26. Aproveitar os prazeres da vida é importante para ela. Ela gosta de se mimar.						
27. É importante para ela entender as necessidades dos outros. Ela tenta apoiar aqueles que conhece.						
28. Ela acredita que deve sempre respeitar seus pais e os mais velhos. É importante para ela ser obediente.						
29. Ela quer que todos sejam tratados de maneira justa, mesmo aqueles que não conhece. É importante para ela proteger os mais fracos na sociedade.						
30. Ela gosta de surpresas. É importante para ela ter uma vida emocionante.						

ELA	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
31. Ela se esforça para não ficar doente. Se manter saudável é muito importante para ela.						
32. Progredir na vida é importante para ela. Ela se empenha em fazer melhor que os outros.						
33. Perdoar as pessoas que lhe fizeram mal é importante para ela. Ela tenta ver o que há de bom nelas e não ter rancor.						
34. É importante para ela ser independente. Ela gosta de contar consigo mesmo.						
35. Contar com um governo estável é importante para ela. Ela se preocupa com a preservação da ordem social.						
36. É importante para ela ser sempre educada com os outros. Ela tenta nunca incomodar ou irritar os outros.						
37. Ela realmente quer aproveitar a vida. Divertir-se é muito importante para ela.						
38. É importante para ela ser humilde e modesta. Ela tenta não						

ELA	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
chamar atenção para si.						
39. Ela sempre quer ser aquela a tomar todas as decisões. Ela gosta de liderar.						
40. É importante para ela se adaptar e se ajustar à natureza. Ela acredita que as pessoas não deveriam modificar a natureza.						